

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021**1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

Prezados senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE de 2021 em cumprimento às disposições legais e estatutárias.

O ano de 2021 foi de grandes mudanças para a Cedae. Com a conclusão dos leilões de concessão dos serviços de saneamento no Estado do Rio Janeiro – um case de sucesso no setor, com ágio de 90% a 187% nos quatro blocos leiloados –, a Companhia se reestruturou para os novos desafios.

A partir de agora, o novo plano de negócios é 100% focado nas diretrizes ESG, sigla em inglês que engloba os fatores 'Ambiental, Social e Governança'. Para colocar em prática este novo modelo na empresa, diversas iniciativas já foram implementadas e outras estão em curso, como o projeto de eficiência energética, o Centro de Inovação Socioambiental Manacial, a renovação por mais cinco anos do Programa Replantando Vida e o avanço nas melhores práticas de Governança Corporativa reforçando nosso compromisso com o mais alto nível de ética e transparência nas relações com as partes interessadas.

Visando a otimização dos custos e o remanejamento de recursos, adotamos uma série de ajustes orçamentários e de despesas que resultarão em redução dos gastos da Companhia ao longo dos próximos anos.

Após o repasse dos serviços e a consequente queda na arrecadação, a Cedae se prepara para oferecer duas novas frentes de serviço como forma de geração de receitas. Por ter o selo ISO 9001, a Companhia vai fazer a acreditação de aparelhos hidrômetros de outras concessionárias, além de oferecer a tecnologia e credibilidade de seus laboratórios de análises químicas para outras empresas e o suporte em operações de adução de grande porte.

Em 2022 queremos trabalhar cada vez mais alinhados à agenda ESG para deixar um legado de sustentabilidade ao Rio de Janeiro.

Concessão

Em 2021, como parte das condições para adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e para garantir o cumprimento das metas de investimento propostas pelo Marco do Saneamento, o Estado do Rio realizou a concessão dos serviços de distribuição de água e coleta e tratamento de esgotos. O modelo de concessão, elaborado pelo BNDES, dividiu a área de atuação da Cedae em quatro blocos. Cada bloco reuniu parte da capital e outros municípios, de forma a equilibrar a arrecadação e torná-los atrativos aos investidores privados.

O primeiro leilão aconteceu em 30 de abril de 2021, com a concessionária Águas do Rio arrematando os blocos 1 (R\$ 8,2 bilhões, ágio de 103%) e 4 (R\$ 7,2 bilhões, ágio de 187%) e a Iguá adquirindo o bloco 2 (R\$ 7,28 bilhões, ágio de 129%). Oito meses depois, em 29 de dezembro, o bloco 3 foi arrematado pela Águas do Brasil por R\$ 2,2 bilhões (ágio de 90%).

Segurança hídrica

Focada na qualidade da água, a Cedae trabalha em diversas frentes para garantir a segurança hídrica a seus consumidores. Em abril, foi implantado o sistema de bombeamento da água do Rio Guandu para a Lagoa Grande (antes da captação da Estação de Tratamento), renovando a água e diminuindo sua temperatura. O procedimento reduz as condições propícias para proliferação da geosmina. Durante o ano, o volume de bombeamento foi ampliado dos iniciais 1.000 litros por segundo (l/s) para 3.000 l/s.

O Laboratório de Qualidade da Água da Estação de Tratamento de Água (ETA) do Guandu ganhou um moderno equipamento: o microscópio Axio Observer 5, referência na geração de imagens em alta resolução. O novo microscópio tem filtros específicos capazes de apurar o contraste, o que facilita a identificação de micro-organismos, com destaque para as cianobactérias. No fim de 2021, a Cedae ainda adquiriu oito boias com tecnologia de ultrassom capazes de controlar a proliferação das cianobactérias no manancial de captação da ETA Guandu.

Para melhorar o abastecimento da Baixada Fluminense, a Cedae irá construir Unidades de Tratamento (UTs) 100% automatizadas nos mananciais do Sistema Acari - Tinguá, Xerém, Mantiquira, São Pedro e Rio D'Ouro. Iniciadas no fim de 2021, as obras da UT de Tinguá, que fornece em média 600 l/s para Nova Iguaçu, devem ser concluídas em 2022. As obras das UTs de Xerém e Mantiquira (que produzem mil l/s para Duque de Caxias) devem ser concluídas em 2022. As UTs de São Pedro e Rio D'Ouro (respectivamente 1000 l/s e 800 l/s), que também atendem Nova Iguaçu, estão em fase de projeto.

Iniciativas socioambientais

Em 2021, a CEDAE manteve suas ações de cunho social e ambiental. A Companhia é a que mais emprega mão de obra carcerária no Brasil e, por meio de convênio com a Fundação Santa Cabrini, encerrou o ano passado com 600 apenados distribuídos em 146 setores da Companhia, em 48 municípios. São homens e mulheres que realizam serviços como limpeza e conservação de prédios e recuperação ambiental de mananciais hídricos.

A ação faz parte do Replantando Vida, programa socioambiental da Companhia que, além de dar oportunidade de trabalho, geração de renda e capacitação a apenados, também gera economia de R\$ 15 milhões para os cofres públicos. Somente no ano passado, foram doadas 185.970 mudas para mais de 40 municípios no Rio de Janeiro e dois em São Paulo. O projeto foi renovado por mais cinco anos, com previsão de abertura de 1.500 vagas ao longo desse período.

A Companhia também deu início a projetos de recuperação florestal. Na mata ciliar do Rio Guandu, a CEDAE fará o plantio de um milhão de árvores em até cinco anos, numa faixa de 500 hectares, o equivalente a mais de 700 gramados do estádio do Maracanã. As primeiras duas mil mudas foram plantadas na altura de Engenheiro Pedreira. Além de restaurar a cobertura de Mata Atlântica da região, a medida contribui para a qualidade da água bruta do Guandu, onde a Companhia capta água para tratamento na ETA Guandu.

Já em Cachoeiras de Macacu, a companhia iniciou o plantio de mudas para restauração florestal de pelo menos 50 hectares na Bacia do Rio Macacu. O projeto, que reúne Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Estadual do Ambiente (Inea) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Cachoeiras de Macacu, reforça a segurança hídrica do Sistema Imunana-Laranjal, responsável pelo abastecimento de mais de 2 milhões de pessoas em São Gonçalo, Niterói, partes de Maricá e Itaboraí, além da Ilha de Paqueta. Até o momento, o projeto já cobriu 3,5 quilômetros na margem do Rio Macacu, o que representa 22 hectares e mais de 125 mil novas árvores.

Ainda mostrando força na questão ambiental, a CEDAE foi a vencedora do Prêmio Firjan Ambiental 2021 na categoria "Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos". A Companhia foi premiada pelo "Projeto Recuperação Produtiva da Juçara", que tem como objetivo promover a restauração ambiental da Palmeira Juçara (euterpe edulis) por meio do incentivo à produção de mudas e ao plantio de novas plantas da espécie. O projeto já recolheu mais de 10 toneladas de sementes da palmeira. Até 2021, mais de 60 ações locais de reflorestamento em 52 municípios do estado do Rio de Janeiro e dois do estado de São Paulo receberam, ao todo, 34 mil mudas de Juçara.

Obras e gestão

Modernização da ETA Guandu - Localizada no município de Nova Iguaçu e responsável pelo abastecimento de grande parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a Estação de Tratamento de Água do Guandu passa por modernização. Com investimento de R\$ 800 milhões, as obras são focadas na melhoria da eficiência do processo de tratamento da ETA e gerarão reflexos positivos no Verão de 2022.

Programa de Abastecimento de Água da Baixada Fluminense e Novo Guandu - O programa prevê a construção de uma nova Estação de Tratamento de Água (ETA): o Novo Guandu. Localizada em Nova Iguaçu, a ETA vai produzir mais 12 mil litros por segundo (l/s) de água, beneficiando 3 milhões de pessoas. O sistema irá operar em conjunto com a ETA Guandu, totalizando a produção e o tratamento de 55 mil l/s para 12 milhões de habitantes na capital e na Baixada Fluminense. A obra está em fase de elaboração de edital, e a previsão de conclusão é no segundo semestre de 2025. A nova ETA terá investimentos de mais de R\$ 2 bilhões na segurança hídrica do sistema de abastecimento da Baixada e da capital e atenderá a demanda futura estimada para a região.

Automação ETA Campos Eliseos - Também na Baixada Fluminense, a ETA Campos Eliseos, em Duque de Caxias, passou a funcionar de forma 100% automatizada em dezembro. O sistema é capaz de monitorar, em tempo real, todas as etapas do tratamento de água. Com capacidade de tratar 17 milhões de litros por dia, o sistema contou com investimento de R\$27,8 milhões.

Reforço no Lameirão - Em 2021, a Companhia reforçou a reserva de segurança da elevatória do Lameirão (que atende mais de 1,5 milhão de pessoas no Rio de Janeiro e Nilópolis) com a chegada de mais um motor extra para a unidade. O equipamento vai assegurar o funcionamento total da elevatória em caso de defeito ou necessidade de reparo em uma das quatro bombas que fazem parte do sistema. A medida evita risco de redução na capacidade do Lameirão, o que poderia impactar o abastecimento, e deixa o sistema pronto para o verão, período de maior consumo de água.

Mais água para a Zona Oeste - A Cedae concluiu a última etapa do pacote de obras para ampliação do abastecimento da Zona Oeste, com a interligação de duas tubulações de mil e 1,2 mil milímetros de diâmetro, respectivamente, na Rodovia Governador Mário Covas (Avenida Brasil), na altura de Campo Grande. As obras beneficiaram cerca de 95 mil moradores dos bairros de Barra de Guaratiba, Campo Grande, Cosmos, Guaratiba, Paciência, Santa Cruz e Sepetiba.

Ampliação do abastecimento no Médio Paraíba e Região Serrana - Ao longo de 2021, a Cedae executou um total de 22 obras para ampliação e melhoria do abastecimento de água em cinco municípios da Região do Médio Paraíba. Neste período, foram assentados mais de 23 quilômetros de tubulações em Barra do Pirai, Pinheiral, Pirai, Valença e Vassouras, beneficiando diretamente mais de 8 mil moradores.

Operações antifraudes - A Cedae encerrou 2021 com 993 gatos desfeitos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro - mais do que o triplo registrado no ano anterior. As ações de fiscalização da equipe de Segurança Patrimonial em imóveis e comércios somaram 3.969 atuações e geraram R\$ 618 mil em multas aplicadas. As ligações clandestinas de água têm como consequência o consumo excessivo e a contaminação da rede de abastecimento.

PDV - A Cedae abriu programa de demissão voluntária (PDV) entre 10 de setembro e 09 de outubro de 2021. Dividido em dois ciclos, com incentivos distintos - de 10 de setembro a 24 de setembro e de 25 de setembro a 09 de outubro -, o programa ofereceu simulador online para o cálculo dos benefícios e teve a adesão de 1.265 empregados.

Expectativas para 2022

Para 2022, a CEDAE tem como plano de negócios focar nas diretrizes ESG, sigla em inglês que engloba os fatores 'Ambiental, Social e Governança'. A Companhia vai estimular projetos e processos para colocar em prática este novo modelo de empresa. Já foram lançadas, inclusive, iniciativas de eficiência energética, com objetivo de economizar 40% de energia nas unidades de produção.

Na área de segurança hídrica, será dado o pontapé inicial para a tirar do papel a obra do Túnel do Taquaril. O projeto prevê a construção de um túnel de 40km, que levará água direto do Rio Paraíba do Sul, em sua parte mais preservada, até o Sistema de Abastecimento Imunana-Laranjal. Com investimento orçado em cerca de R\$ 10 bilhões, a obra garantirá 50 anos de segurança hídrica para o estado. Também estão em curso obras de construção do sistema de produção do Novo Guandu, para gerar mais de 12 mil litros de água tratada por segundo, com estimativa de atingir 3 milhões de pessoas.

Na área de novos negócios, a CEDAE tem foco no Manacial, no laboratório de análises químicas, na oficina de hidrômetros e em grandes reparos. A Companhia iniciou a instalação, no quarto andar da sede, do projeto Manacial, que será um Centro de Inovação Socioambiental dedicado ao desenvolvimento de negócios e soluções. O espaço vai abrigar projetos de aceleração e incubação, além de programação de eventos alinhados à Agenda 2030 da ONU. Focado na preservação e na segurança hídrica, o Manacial reunirá startups, médias e grandes empresas, investidores, especialistas, universidades e centros de pesquisa.

Na oficina de hidrômetros, serão desenvolvidos os processos para prestar serviço a novas concessionárias e grandes clientes. Por ter o selo ISO 9001, a Companhia vai fazer a acreditação de aparelhos hidrômetros de concessionárias.

O laboratório de análise, que já certifica a potabilidade da água produzida pelos sistemas de abastecimento da CEDAE, vai estender seus negócios para dar a certificação para as novas concessionárias.

Após a concessão dos serviços, a CEDAE passará a oferecer serviço de manutenção de adutoras de água. O procedimento visa checar preventivamente todo o sistema para identificar possíveis irregularidades e corrigir situações emergenciais das tubulações.

Cordialmente,

Leonardo Elia Soares

Diretor-Presidente

2. PAINEL DE INFORMAÇÕES

Descrição	Unidade	2021	2020	Var. %
Informações Financeiras				
Ativo Total	R\$/Milhares	16.484.643	14.669.628	12,4%
Patrimônio Líquido	R\$/Milhares	7.541.103	7.089.254	6,4%
Receita Operacional Líquida	R\$/Milhares	6.109.044	5.919.057	3,2%
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	R\$/Milhares	(51.966)	(204.213)	74,6%
Resultado Financeiro Líquido	R\$/Milhares	98.499	(55.177)	278,5%
EBITDA	R\$/Milhares	178.805	72.816	145,6%
Lucro/(Prejuízo) Líquido	R\$/Milhares	27.136	(247.150)	111,0%
Estrutura do Endividamento				
Empréstimos e Financiamentos	R\$/Milhares	471.398	498.029	-5,3%
Passivo Atuarial¹	R\$/Milhares	665.454	655.883	1,5%
Total da Dívida Bruta	R\$/Milhares	1.136.851	1.153.912	-1,5%
Disponibilidade	R\$/Milhares	2.659.853	1.259.928	111,1%
Total da Dívida Líquida	R\$/Milhares	(1.523.002)	(106.016)	1336,6%
Dívida Líquida/EBITDA	Múltiplo	(8,52)	(1,46)	483,6%
Dívida Líquida/PL	Múltiplo	(0,20)	(0,01)	1900,0%
Indicadores Operacionais				
Índice de Atendimento de Água	Percentual	86,52	86,89	-0,43%
Índice de Atendimento de Esgoto	Percentual	49,59	42,42	16,90%
População Atendida com Abastecimento de Água	Milhões de hab.	12,39	12,38	0,08%
População Atendida com Coleta de Esgoto	Milhões de hab.	6,14	6,04²	1,62%
Hidrometração	Percentual	50,89	52,98	-3,94%

Notas:

- Refere-se à Dívida da Prece – Previdência Complementar, conforme nota 18 das notas explicativas.
- Houve retificação do valor indicado para o Relatório de 2020 devido erro de digitação, que à época foi informado 6,46, sendo o valor correto 6,04.

3. CENÁRIO ECONÔMICO

A economia mundial se recuperou em 2021 após o forte abalo que sofreu em 2020. Segundo *World Economic Outlook Update* do Fundo Monetário Internacional (FMI) a expectativa é que a economia global tenha crescido 5,9% em 2021, após ter encolhido 3,1% em 2020. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 4,6% em 2021, influenciado sobretudo pelo resultado positivo do setor de serviços e indústria, em comparação com o ano anterior. Entretanto, para 2022 a expectativa do FMI para o Brasil é de estagnação, a previsão é que o PIB brasileiro cresça somente 0,3%. Segundo o boletim Focus do Banco Central de 18 de fevereiro de 2022, o mesmo crescimento modesto de 0,3% em 2022 é esperado pelo mercado.

Embora persistam incertezas provocadas pela pandemia da Covid-19, o FMI estima que a economia mundial cresça 4,4% em 2022 e 3,8% em 2023. Destaca-se como desafio para as economias globais em 2022, a existência de pressões inflacionárias, até mesmo os países europeus e os Estados Unidos apresentam um elevado aumento no nível de preços.

Em relação a inflação, o cenário brasileiro não é diferente do resto do mundo, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 10,06% em 2021 superou o teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Como resposta a aceleração inflacionária, a meta da taxa Selic, que começou o ano de 2021 em 2,00% a.a., chegou a 10,75% a.a. na última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) em fevereiro de 2022. Desse modo, o cenário macroeconômico atual é dominado pelo aumento de juros com objetivo de contenção das pressões inflacionárias.

Quanto ao mercado de trabalho, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, (PNAD Contínua) informa nova queda na taxa de desocupação, caindo de 12,1% (agosto-setembro-outubro) para 11,6% (setembro-outubro-novembro) em novembro. Assim, o indicador de desemprego informa a aproximação do mercado de trabalho a situação anterior à pandemia.

Desse modo, após a recuperação tanto PIB quanto no mercado de trabalho de 2021, as expectativas são que a economia brasileira desacelere em 2022. Ademais, os impactos no comércio internacional decorrentes do conflito entre Rússia e Ucrânia no leste europeu, podem gerar nas principais economias e sobretudo na economia brasileira, pressões inflacionárias adicionais, que podem demandar eventuais ajustes na taxa básica de juros para fazer frente a esta pressão inflacionária, de forma que o IPCA possa convergir para a meta ainda em 2022.

4. SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO

O grande objetivo do setor de saneamento é que, em 2033, 99% da população brasileira tenha acesso à água potável e 90% à coleta e ao tratamento de esgotos. Diante desse desafio, a principal medida do Governo Federal foi promulgação da lei nº 14.026 de 15 de julho de 2020, que atualizou o marco legal do saneamento básico.

Buscando melhorar a capacidade regulatória do setor, a Lei nº 14.026 incumbiu a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) de fixar normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico. Tais normas compreendem, por exemplo, a padronização de contratos, tarifação e cálculo de indenizações.

O novo marco também visa proporcionar maior inserção da iniciativa privada na operação dos serviços. A atração de grupos privados, com elevada capacidade financeira, visa propiciar os investimentos necessários para a universalização.

Nesse contexto, adotando o projeto estruturado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os titulares fluminenses dos serviços de saneamento optaram por um sistema híbrido, onde a CEDAE, controlada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, divide as responsabilidades com as concessionárias privadas. Assim, nos municípios atendidos pelos Sistemas Guandu e Imunana/Laranjal (Região Metropolitana), a CEDAE permanece responsável pelo Sistema Upstream, que compreende a captação, adução de água bruta, tratamento, reservação e venda de água tratada as novas concessionárias privadas. Já as concessionárias privadas serão responsáveis pelo serviço de esgotamento sanitário e pelo serviço Downstream, que compreende a distribuição da água tratada, incluindo a gestão comercial.

Além do Rio de Janeiro, o BNDES estruturou projetos que, por exemplo, culminaram em leilões nos Estados de Macaé e Amapá. Além de arrecadar outorgas significativas para os titulares dos serviços, os leilões organizados pelo BNDES entre setembro de 2020 e dezembro de 2021, prometem investimentos de aproximadamente R\$ 40 bilhões em saneamento.

Enfim, espera-se que o novo impulso representado pela Lei nº 14.026/2020, com a maior participação de atores privados e qualidade regulatória, colabore para sejam atingidas as metas de universalização com impactos positivos na saúde da população e no meio ambiente. A CEDAE pretende representar seu novo papel no saneamento brasileiro, incrementando a eficiência na produção de água e mantendo sua marcante característica de responsabilidade socioambiental.

5. SITUAÇÃO HÍDRICA NO RIO DE JANEIRO

No início ano de 2021, a curva de armazenamento de água do volume equivalente do início do ano (período úmido) indicava uma possível recessão muito semelhante a observada no ano de 2014 (pior ano da série histórica). Havia a preocupação que o volume de chuvas não seria suficiente no próximo período úmido (2021/2022). Assim, no meio do ano foi adotado o terceiro estágio de operação previsto na Resolução Conjunta 1382/15, com o opção de o Reservatório de Funil operar em 20% do volume útil e não 30%, conforme determinado no 3º estágio da resolução. Contudo, ao final do ano de 2021, a partir da segunda quinzena de outubro (um pouco antes do início do período úmido), teve início o período de chuvas, o que indicou uma possível recuperação no nível dos reservatórios. Durante o início do período úmido ocorreram a formação de várias ZCAS (Zonas de Convergência do Atlântico Sul) que recuperaram os níveis dos reservatórios o suficiente para deslocar a curva de segurança para cima, ou seja, afastando da curva de 2014.

Podemos dizer que o ano de 2021 apresentou um risco de crise hídrica, que não se confirmou. Entretanto, não é possível afirmar com segurança que o problema da recessão está superado em médio e longo prazo.

Deve-se observar que em nenhum momento a manutenção da produção cujos sistemas têm como fonte o rio Paraíba do Sul e o rio Guandu esteve ameaçada. Salienta-se que ao longo de todo o ano de 2021 não houve redução na defluência na transposição para o rio Guandu e consequentemente o sistema de produção de água do Guandu não foi afetado por diminuição da oferta hídrica.

Os outros sistemas de abastecimento como o Imunana-Laranjal, cuja fonte de água provém das bacias dos rios Macacu e Guapiçu, por não haver reservatórios de regularização sempre são afetados no período de estiagem. No ano de 2021 a estiagem provocou a redução do sistema por 8 (oito) dias seguidos. Sendo uma redução média de 250 l/s nos 5 (cinco) primeiros dias (entre 22/08/21 e 26/8/21) e em prosseguimento e com agravamento, uma redução média de 800 l/s nos 3 (três) últimos dias (entre 26/08/21 e 29/8/21). Após este evento retornamos com a capacidade total da EEA Imunana.

No interior do Estado, os sistemas cujas captações estão instaladas no rio Paraíba do Sul não sofreram impactos significativos em 2021. O município de Itaboraí sofreu os impactos da estiagem por utilizar o sistema Imunana como fonte de água bruta, nos períodos acima mencionados. Salienta-se que o município de São João da Barra, localizado próximo à foz do rio Paraíba do Sul requer uma atenção especial, por ser influenciado pelos rios Pomba e Muriaé, que ficam no Estado de Minas Gerais e contribuem para o rio Paraíba do Sul após a barragem de Santa Cecilia, e que sofreram no período de estiagem interrupções esporádicas na produção na ETA pela intrusão da língua salina na foz do rio. Vale ressaltar que os sistemas de Maricá e Paty do Alferes que estão em outras bacias sem reservatórios de regularização, sempre sofreram impactos importantes na produção de água devido à estiagem.

A CEDAE continua a participar ativamente dos Comitês de Bacias Hidrográficas em todo o Estado, além de fazer parte do GTAOH. Outrossim, vem atuando para reduzir perdas e fazendo campanhas de educação ambiental e conscientização para o uso racional da água com o objetivo de garantir a segurança operacional e se preparar para eventuais déficits hídricos no futuro. Além disso, contribui também ao participar de reuniões e discussões com a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade para o fortalecimento das políticas públicas no que tange à Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro.

6. PERFIL DA COMPANHIA E ÁREA DE ATUAÇÃO

A CEDAE é uma empresa de economia mista, sediada no município do Rio de Janeiro, tem como acionista majoritário o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Após o procedimento de operação assistida com as concessionárias vencedoras dos respectivos blocos, a CEDAE será responsável pelo serviço Upstream, que compreende a reservação, a captação, a adução e o tratamento de água bruta, que será vendida às concessionárias.

7. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Atualmente temos 695 acionistas minoritários com 0,0004% da totalidade das ações, e o Estado do Rio de Janeiro como acionista majoritário possui 99,9996%.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA**8. DESEMPENHO FINANCEIRO****8.1. RECEITA LÍQUIDA**

A receita líquida de 2021 totalizou R\$ 6.109.044 mil, 3,2% superior ao ano de 2020, conforme gráfico apresentado abaixo:



A seguir, a Companhia apresenta o comentário sobre os principais fatores que influenciaram o aumento da receita líquida nos períodos comparativos:

- O aumento da receita ocorreu basicamente em virtude do aumento no consumo de água, motivado pelo retorno gradual em 2021 das atividades empresariais.

8.2. CUSTOS E DESPESAS

Em 2021, os custos e despesas, que correspondem ao somatório dos custos dos serviços vendidos, despesas com vendas, despesas administrativas e outras despesas decorrentes da exploração dos serviços de água e esgoto, totalizaram R\$ 6.161.010 mil, contra R\$ 6.123.270 mil no ano de 2020, incremento de 0,6%. A tabela a seguir demonstra os custos e despesas nos períodos comparativos:

Descrição (R\$ Milhares)	2021	2020	Var. %
1. Pessoal	1.351.848	1.267.681	6,6%
2. Material	208.862	190.860	9,4%
3. Serviços de Terceiros	1.693.265	1.454.473	16,4%
4. Despesas Gerais	133.726	64.390	107,7%
5. Depreciações e Amortizações	230.771	277.029	-16,7%
6. Provisão para Devedores Duvidosos	1.489.135	1.897.491	-21,5%
7. Provisões Contingências	809.837	746.811	8,4%
8. Provisão Atuarial	243.157	249.351	-2,5%
9. Outras despesas/receitas operacionais	409	(24.816)	101,6
Despesas e Custos Operacionais	6.161.010	6.123.270	0,6%

A seguir, a Companhia apresenta os comentários sobre os itens que compõem os custos das vendas e dos serviços prestados, despesas com vendas e administrativas que apresentaram variações mais significativas:

- Pessoal:** Os gastos com Pessoal em 2021 apresentaram elevação de 6,6% em relação ao ano de 2020, principalmente em função do desligamento de 1.265 colaboradores através do PDV.
- Materiais:** Os gastos com materiais em 2021 apresentaram elevação de 9,4% em relação ao ano de 2020, principalmente com produtos químicos nas estações de tratamento.
- Serviços de Terceiros:** Os gastos com serviços de terceiros apresentaram elevação de 16,4% em relação ao ano 2020, principalmente em função dos gastos com serviços de conservação e manutenção de bens e sistemas, decorrentes de maior demanda por serviços corretivos e manutenção preventiva nos sistemas de água e esgotos e o aumento dos gastos com energia elétrica.
- Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD):** A redução de 21,5% foi ocasionada como a partir de 01 de novembro de 2021 a Águas do Rio assumiu de forma definitiva a operação dos Blocos 1 e 4 a PCLD esperada dos clientes dos referidos blocos para os meses de novembro e dezembro não foram consideradas na estimativa da perda, resultando em uma redução de seu valor em comparação com o exercício social anterior.
- Provisões Contingências:** O aumento de 8,4% foi basicamente pela variação percentual nas provisões que se deu em função das execuções civis em processo envolvendo o objeto "inadimplemento contratual".
- Provisão Atuarial:** A redução de 2,5% nas despesas atuariais no exercício de 2021 em relação ao exercício anterior ocorreu devido a uma menor rentabilidade dos ativos dos planos de previdências. Além disso, especificamente no plano de saúde (CEDAE Saúde), ocorreram ajustes no Aging Factor (Fator de Idade) e na inflação médica.

8.3. RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado financeiro líquido foi positivo em R\$98.499 mil em 2021, contra um valor negativo de R\$55.177 mil no ano anterior, conforme tabela a seguir:

Composição do Resultado Financeiro Líquido (R\$ Milhares)	Exercício		
	2021	2020	Var. %
Receitas Financeiras	225.092	142.213	58,3%
Atualização monetária	80.422	68.413	17,6%
Rendimentos de aplicações financeiras	96.658	29.465	228,0%
Juros auferidos	16.155	24.523	-34,1%
Multas por impuntualidade	25.165	15.935	57,9%
Descontos obtidos e bonificações	6.692	3.877	72,6%
Despesas Financeiras	(126.593)	(197.390)	35,9%
Juros passivos s/parcelamentos tributários	(81.841)	(149.719)	45,3%
Juros e variações monetárias s/empréstimos e financiamentos	(40.752)	(46.079)	11,6%
Multas, juros e acréscimos moratórios s/pagamentos em atraso das obrigações tributárias	(562)	(840)	33,1%
Outras	(3.438)	(752)	357,2%
Resultado Financeiro Líquido	98.499	(55.177)	278,5%

- Receitas Financeiras:** O aumento de 58,3% nas receitas financeiras, comparando-se ao ano anterior é decorrente, principalmente, do maior ganho em variações monetárias e em aplicações financeiras.
- Despesas Financeiras:** A redução de 35,9%, comparando-se ao ano anterior, é resultado, principalmente, na redução dos juros sobre equacionamento da Previdência Complementar- plano Prece I, II e CV.

8.4. RESULTADO LÍQUIDO

A CEDAE registrou lucro líquido de R\$ 27.136 mil em 2021, representando um aumento de 111,0% em relação ao prejuízo líquido de R\$ 247.150 mil registrado em 2020. Esse decréscimo decorre principalmente no aumento das receitas operacionais e uma melhora nos resultados financeiros.

Composição do Lucro Líquido (R\$ Milhares)	Exercício		
	2021	2020	Var. %
(+) Resultado antes do resultado financeiro	(51.966)	(204.213)	74,6%
(+/-) Resultado financeiro	98.499	(55.177)	278,5%
(-) Contribuição Social e Imposto de Renda	(19.397)	12.240	-258,5%
(=) Lucro/(Prejuízo) Líquido	27.136	(247.150)	111,0%



8.5. GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA (EBITDA)

Em 2021, a CEDAE apresentou geração operacional consolidada de caixa de R\$ 178.805 mil contra R\$ 72.816 mil em 2020, ou seja, um aumento de 145,6% (ou R\$ 105.989 mil) ocorrida em função do acréscimo do resultado operacional. O EBITDA é uma medição não contábil adotada pela Companhia, calculada de acordo com a Instrução CVM 527/2012, consistindo no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações.

Descrição (R\$ Milhares)	Exercício		
	2021	2020	Var. %
(=) EBIT	(51.966)	(204.213)	74,6%
Margem EBIT (%)	-0,9%	-3,5%	74,3%
(+) Depreciação e amortização	230.771	277.029	-16,7%
(=) EBITDA	178.805	72.816	145,6%
Margem EBITDA (%)	2,9%	1,2%	141,7%



8.6. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

No Exercício Social de 2021, a Companhia obteve Lucro Líquido de R\$ 27.136 mil. Baseada no Estatuto Social da Companhia e na Lei Federal 6.404/76, e com base nos resultados do ano de 2021, a Companhia calculou a Reserva Legal, o Lucro Líquido Ajustado e o Dividendo Obrigatório, conforme descrito na tabela abaixo:

Lucro Líquido do Exercício – 2021	
(-) Reserva Legal (5%) (R\$ Milhares)	1.357
(=) Lucro Líquido Ajustado (R\$ Milhares)	25.779
Dividendos Obrigatórios (25%) (R\$ Milhares)	6.444
Quantidade de ações ordinárias	629.072
Valor dos dividendos por ação ordinária (R\$)	0,01

8.7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Ao longo de 2020, a Companhia realizou pagamentos mensais dos Empréstimos e Financiamentos contratados. Em dezembro de 2020, a Companhia realizou o último pagamento mensal da 6ª Emissão de Debêntures e da Cédula de Crédito Bancário (CCB) nº 449.982-71 (CCB FINISA), realizando assim a liquidação das referidas operações dentro do prazo previsto.

Os Empréstimos e Financiamentos vigentes são a 5ª Emissão de Debêntures, cujos credores são o BNDES e o BNDESPar, e as Cédulas de Crédito Bancário nº 433.257-52 (CCB FGTS 1ª tranche), nº 441.050-71 (CCB FGTS 2ª tranche) e nº 441.054-75 (CCB FGTS 3ª tranche). As CCBs referem-se às três tranches da operação de crédito de R\$ 3 bilhões captada junto à Caixa Econômica Federal, sendo utilizada na ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense e na construção do Complexo Guandu 2. Cabe salientar que todas as tranches estão em fase de desbolsamento.

Segue abaixo uma breve descrição dos Empréstimos e Financiamentos da Companhia:

Empréstimos e Financiamentos	Credor	Objeto	Taxa Remuneratória	Saldo Devedor em 31/12/2021 (R\$ Milhares)	Vencimento
5ª Emissão de Debêntures	BNDES e BNDESPar	Financiar o projeto de implantação de novas redes de abastecimento de água na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro	1ª Série: TJLP + 2,75% a.a. e 2ª Série: Selic x 2,75% a.a.	45.939	2025

Empréstimos e Financiamentos	Credor	Objeto	Taxa Remuneratória	Saldo Devedor em 31/12/2021 (R\$ Milhares)	Vencimento
CCB FGTS 1ª Tranche		Financiamento para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense/RJ	TR + 8,5% a.a.	393.811	2038
CCB FGTS 2ª Tranche	Caixa Econômica Federal	Financiamento para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense/RJ, com a construção de nova Estação de Tratamento de Água (ETA Novo Guandu)	TR + 8,5% a.a.	28.556	2039
CCB FGTS 3ª Tranche		Financiamento para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense/RJ	TR + 8,7% a.a.	3.092	2041

9. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CEDAE tem aperfeiçoado suas práticas de Governança Corporativa, principalmente após a promulgação da Lei 13.303/16 (Lei das Estatais) e o Decreto nº 46.188 que regulamenta a lei no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

Utilizando-se das melhores práticas e referências de mercado, a Governança Corporativa da Companhia almeja garantir que toda a organização esteja em conformidade com os seus princípios e valores, refletidos em políticas, procedimentos e normas internas, e com as leis e os dispositivos regulatórios ao qual está submetida, com ações que assegurem a transparência, equidade, prestação de contas e a responsabilidade corporativa.

A Companhia está em constante processo de crescimento para tornar-se uma empresa mais qualificada, ágil e moderna, capaz de fornecer subsídios sólidos às tomadas de decisões e atender com eficiência às crescentes demandas dos usuários, do mercado e do governo.

Dentre as principais medidas adotadas em 2021, destacam-se:

I. Adequação à LGPD

A Companhia com o intuito de garantir a segurança e a privacidade no tratamento de dados pessoais implantou medidas técnicas e administrativas com base na Lei nº 13.079 de 14 agosto de 2018, denominada LGPD, dentre as quais destacamos:

- Aprovação da Política de Privacidade e Proteção de Dados com diretrizes aplicáveis a todos os empregados da CEDAE, abrangendo os conselheiros, diretores, estagiários e aprendizes, incluindo qualquer pessoa física ou jurídica, de Direito Público ou Privado, que mantêm relacionamento: fornecedores, parceiros, clientes e prestadores de serviço.
- Pactuação dos contratos de compartilhamento de dados pessoais entre a CEDAE e as concessionárias vencedoras do Leilão de Concessão para a Prestação dos Serviços de Esgotamento Sanitário e Abastecimento de Água. Estes contratos objetivam discriminar quais dados estão sendo compartilhados e para qual propósito, além de:
 - respalda os agentes de tratamento de dados e proteger os titulares de dados, assegurando que os dados não serão utilizados para propósitos diferentes do previsto em cumprimento aos princípios da lei;
 - prevenir falhas de comunicação entre os controladores em conjunto durante a operação assistida, garantindo que quaisquer dúvidas sobre o uso dos dados sejam discutidas no contrato;
 - estabelecer as responsabilidades pelo tratamento dos dados contemplados pela área concedida, sendo determinado o relacionamento de controladores conjuntos no período de operação assistida, definindo a posição de controladoras isoladas dos dados pessoais às concessionárias após a assunção definitiva dos serviços;
 - definir tecnicamente como serão disponibilizados os dados, a fim de garantir a segregação, ou seja, que serão dispostos apenas os dados pessoais referentes a área de atuação de cada concessionária.
- Elaboração de cláusulas padrão para as contratações da Companhia para atendimento à LGPD, prevendo a adequação quanto às contratações, sejam elas novos contratos, prorrogações ou aditivos.
- Execução do planejamento definido conforme estratégia de adequação estabelecida, mobilizando as principais áreas impactadas, dentre elas: Recursos Humanos, Ouvidoria, Jurídico, Segurança da Informação, Comunicação e Marketing. As ações definidas no planejamento, algumas concluídas e outras em andamento, possuem o propósito de desenvolver o inventário de dados e mapear todos os processos onde há o tratamento de dados pessoais, assim como identificar e mapear os principais riscos à privacidade e proteção de dados, elaborando o relatório de impacto em privacidade e proteção de dados, criando e atualizando suas políticas, estabelecendo a Governança de Dados e implementando o Programa de Privacidade e Proteção de Dados da CEDAE, sendo submetido à auditoria e avaliações periódicas, promovendo a melhoria contínua dos processos.
- Criação da Assessoria de Privacidade e Proteção de Dados, que funciona como escritório de projetos consultivo sobre o tema, com o objetivo de adequar a Companhia e tratar com responsabilidade os dados pessoais dos titulares de dados que se relacionam com a CEDAE, evidenciando atenção, responsabilidade e compromisso com a temática.

II. Conclusão da Implantação do Sistema Integrado de Governança, Riscos e Compliance - GRC

A CEDAE objetivando atuar de forma mais sistematizada e unificada, iniciou em maio de 2021 a utilização em modo produção do software de GRC RSA Archer, que consiste em uma ferramenta de integração dos seus processos com as áreas de negócio possibilitando a adoção de decisões mais estratégicas e tornando a Companhia mais resiliente.

III. Atualização do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE

A partir dos trabalhos realizados de análise e avaliação do processo de contratação, incluindo o processo licitatório, onde foram identificadas oportunidades de melhoria e da junção de esforços para adequação à LGPD e demais legislações e revisões, vislumbrou-se a necessidade alteração do Regulamento Interno de Licitações e Contratos fazendo com que a Comissão permanente revisora focasse suas atividades do ano de 2021 na priorização dessas agendas.

IV. Matriz de Riscos de Fraude e Corrupção

Alinhada à Política de Gestão de Riscos e ao fortalecimento Programa de Compliance, em 2021, a CEDAE concluiu o mapeamento e análise resultando em sua Matriz de Riscos de Fraude e Corrupção retratando os riscos mais relevantes relacionados ao tema e auxiliando na definição das medidas de tratamento e monitoramento vinculados às diretrizes estratégicas e macroprocessos críticos.

V. Matriz de Riscos da Contratação

Aprevisão da adoção da matriz de riscos da contratação, nos termos da Lei nº 13.303/2016, garante a devida atribuição dos riscos e responsabilidades entre os contratantes. A Companhia padronizou e atualizou a Matriz de Risco da Contratação contendo o rol de risco passíveis em um processo de contratação.

VI. Formalização e Atualização Políticas Institucionais

Em 2021, o Conselho de Administração da CEDAE aprovou a Política de Consequência, em substituição ao Regimento Disciplinar, que integra o arcabouço normativo do Sistema Correcional da CEDAE e possui como propósito ser uma ferramenta de consulta para todos os colaboradores da Companhia, bem como uma diretriz para os gestores que lidam com a atividade disciplinar dos empregados, ou seja, aqueles responsáveis pela organização, controle e condução dos procedimentos correcionais, além da Política de Privacidade e Proteção de Dados já abordada.

Também foram aprovadas pelo Conselho de Administração da CEDAE, a atualização das Políticas de Auditoria Interna, Porta Vozes, Relacionamento com Fornecedores e Compliance. Ademais, as Políticas Institucionais de Controles Interno, Dividendos, Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes e Preservação de Sigilo, Gestão de Riscos, Relacionamento com Agentes Públicos e Transação com Partes Relacionadas estão em processo de revisão e atualização, sob coordenação da Gerência de Compliance.

VII. Disseminação da Cultura de Integridade

A CEDAE implementou em 2021 seu Plano de Comunicação e Treinamento de Compliance, sendo uma peça importante na conscientização e orientação dos colaboradores quanto aos princípios éticos e de integridade, promovendo uma cultura pautada nesses valores.

O Plano estabeleceu um roteiro capaz de abordar de forma objetiva os principais pontos do Programa de Compliance, Código de Ética e Conduta, Canal de Ética e Políticas Institucionais, bem como os meios e canais mais eficazes para atingir cada público-alvo. Foram realizadas diversas ações de comunicação, destacando-se comunicados da alta administração, cartazes nas unidades, quizzes interativos, criação de seção específica de Governança na Intranet e elaboração de cartilhas para públicos específicos.

Já no que diz respeito aos aspectos de treinamento, foram realizados cursos específicos para líderes, além de palestras e workshops para todos os empregados, totalizando cerca de 210 horas de treinamento disponibilizadas, atingindo 52% do quadro de líderes e 19% do total de empregados. A Companhia trabalha aplicando esforços para os avanços dos treinamentos e a disseminação da integridade em todo o seu âmbito.

VIII. Conquista da Marca de Participante do Programa Nacional de Prevenção e Combate à Corrupção

A CEDAE passou a ser participante do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC) e, com isso, em outubro de 2021 conquistou a Marca de Participante do respectivo programa. A adesão ao programa e conquista da Marca se deram através do preenchimento do questionário disponibilizado no sistema e-Prevenção, do Tribunal de Contas da União (TCU), órgão patrocinador junto à Controladoria-Geral da União (CGU).

Por meio dessa iniciativa, a CEDAE também passa a ser reconhecida como promotora da integridade e da ética, colocando-se como exemplo na contribuição e implementação das melhores práticas de integridade na Administração Pública.

IX. Treinamento da Alta Administração

Em 2021, cumprindo o que estabelece a Lei Federal nº 13.303/16, a CEDAE promoveu treinamento sobre noções de GRC aos administradores e conselheiros, ministrado em plataforma virtual. O curso com duração total de 8 horas, abarcou os temas: Introdução à GRC, Gerenciamento de Riscos, Lei 12.846/2013 – Lei Anticorrupção e Lei 13.303/2016.

X. Capacitação e Desenvolvimento do Corpo Técnico

Com foco na equalização do conhecimento dos conceitos básicos na dinâmica corporativa, a CEDAE proporcionou ao corpo técnico da Governança Corporativa uma série de treinamentos ao longo do ano de 2021, totalizando 133 horas. Foram ministrados cursos intensivos e extensivos com temas relacionados às áreas de interesse.

XI. Apresentação do Relatório de Sustentabilidade

A CEDAE divulgou pela quarta vez o Relatório de Sustentabilidade Anual, referenciado nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). O relatório apresentou as atividades e o desempenho da Companhia, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, nos aspectos operacionais, econômicos, sociais e ambientais.

XII. Divulgação da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

Em conformidade com o artigo 8º, incisos I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreveu a Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da CEDAE. Em 2021, foi publicada em nosso site a versão referente ao ano de 2020 que apesar da adversidade do cenário brasileiro e mundial, a CEDAE, utilizando as melhores práticas e referências, buscou ações transparentes, ágeis e modernas, para atender com eficiência às crescentes demandas dos seus stakeholders.

Programa de Compliance

O Programa de Compliance da CEDAE, implantado em julho/2018, está em constante melhoria, aumentando gradativamente seu nível de maturidade. Em 2021 o enfoque no Pilar Prevenção continuou sendo prioritário, sendo a principal medida a regulamentação de procedimento interno de análises das conformidades dos processos e da integridade dos fornecedores, realizadas previamente às contratações e renovações de contratos pelo Departamento de Prevenção a Fraudes e Corrupção.

A atuação integrada com gestão de riscos, controles internos e auditoria interna e a utilização de ferramenta para Background Check possibilitaram a realização de testes de Compliance com o objetivo de estabelecer a diligência apropriada para mitigar riscos de fraude e corrupção, principalmente nas contratações realizadas pela Companhia.

Além disso, deu-se andamento ao desenvolvimento de diversos trabalhos voltados para o fortalecimento de diretrizes da Alta Administração, principalmente o desenvolvimento de normativos e procedimentos internos, bem como realizou-se a revisão das Políticas Institucionais.

No Pilar Detecção, também houve avanços. O estabelecimento do Sistema Correcional da Companhia, sob a responsabilidade da Gerência de Compliance, definiu os fluxos de apuração internas, propôs a criação da Política de Consequência e de norma de apuração interna.

O monitoramento da efetividade do Programa de Compliance da CEDAE, passou a ser registrado na ferramenta Suite Integrada RSA Archer, de Governança, Risco e Compliance, organizando as informações e evidências necessárias, que possibilitará a Companhia avançar na sua governança corporativa.

Canal de Ética

A CEDAE mantém um sistema de gestão e tratamento de denúncias, a fim de assegurar que todas as ações e condutas conhecidas (reais ou potenciais) em desacordo com o Código de Ética e Conduta e às normas internas e legais sejam regularmente apuradas, que os colaboradores ou terceiros envolvidos sejam responsabilizados, que os danos à empresa ressarcidos e que sejam tomadas ações de remediação para mitigar o risco e evitar novas infrações.

A fim de assegurar o recebimento das denúncias e tratamento adequado, a CEDAE implementou em 2018, o Canal de Ética, uma ferramenta externa denominada Contato Seguro que é independente, sigilosa e imparcial, gerida por empresa contratada por meio de um procedimento licitatório que está disponível para todos, nos seguintes canais:

- https://www.cedae.com.br/canaldeetica
- https://contatosseguro.com.br/pt/cedae
- Telefone: 0800 600 2675

O uso do Canal de Ética deve ser feito sob o princípio da boa-fé, ou seja, não se tolera o uso do canal para fazer intrigas, calúnias, relatar mentiras propositalmente ou retaliação de qualquer natureza.

Assim, todos os administradores, colaboradores e parceiros de negócio devem utilizá-lo, sempre que suspeitarem ou souberem de algo contrário aos princípios da ética e integridade.

O recebimento e classificação das denúncias é realizado por um canal externo, o qual assegura o anonimato dos denunciadores, denunciados e eventuais testemunhas, bem como o sigilo do conteúdo denunciado.

Já as atividades de estruturação e supervisão do Canal de Ética são realizadas pela Comissão de Ética da Companhia, órgão colegiado e multidisciplinar, composta por empregados do quadro permanente, que tem por missão analisar as situações investigadas e opinar pelas medidas administrativas e disciplinares cabíveis.

Ao longo do processo de apuração é assegurado total sigilo, confidencialidade e proteção institucional aos colaboradores que trabalham em todas as etapas de gestão e tratamento das denúncias.

No ano de 2021 foram realizadas 148 (cento e quarenta e oito) denúncias ao Canal de Ética, das quais 111 (cento e onze) já foram concluídas, sendo 29 (vinte e nove) procedentes, resultando em medidas disciplinares e ações de remediação.

10. PROGRAMA DE OBRAS

TEMAS	INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO	SALDO EM 2022
DIVERSOS	REGIÃO METROPOLITANA	R\$ 364.766.652,14
	BAIXADA FLUMINENSE (S/GUANDU)	R\$ 134.148.983,37
	INTERIOR	R\$ 277.509.000,00
SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA	SISTEMA GUANDU	R\$ 2.698.209.319,77
	SISTEMA DE LAJES	R\$ 0,00
	SISTEMA ACARI	R\$ 343.944.515,45
TOTAL		R\$ 3.818.578.470,73

Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo dos Investimentos
RIO DE JANEIRO			
Ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Paqueta	24.500	Área Concedida	R\$ 0,00
Obra de Reforma do Reservatório de São Carlos – Estácio - RJ	Não aplicável	Obra em andamento	R\$ 237.548,87
Obras para Ampliação do Sistema de Abastecimento de Águas do Sistema Zona Oeste – Guaratiba I	322.080	Obra em andamento	R\$ 51.388.036,23
Aquisição de 2 reservatórios em chapa de aço parafusado com revestimento em aço vitrificado com capacidade de 5000 m3 cada, para atender a ampliação do Sistema de abastecimento de Água da Zona Oeste – Setor Guaratiba I		Licitação em andamento	R\$ 6.678.000,00
Obras para Ampliação do Sistema de Abastecimento de Águas do Sistema Zona Oeste – Guaratiba II	213.642	Obra em andamento	R\$ 35.891.015,47
Aquisição de 2 reservatórios em chapa de aço parafusado com revestimento em aço vitrificado com capacidade de 5000 m3 cada, para atender a ampliação do Sistema de abastecimento de Água da Zona Oeste – Setor Guaratiba II		Licitação em andamento	R\$ 6.900.000,00
Ampliação do sistema de abastecimento de água tratada da Barra da Tijuca, Recreio, Jacarepaguá, Vargem Grande e Vargem Pequena	872.533	Área Concedida	R\$ 0,00
Serviços de reforma dos decantadores da ETE Barra	Não aplicável	Em andamento	R\$ 3.325.178,09
Obra de esgotamento sanitário da Bacia Aroazes	24.811	Área Concedida	R\$ 0,00
Projeto básico de esgotamento sanitário para reuso dos sistemas de tratamento da Região Hidrográfica do Guandu	Não aplicável	Obra em andamento	R\$ 2.028.526,10
Obras de rede de interligações da Bacia do Anil - Jacarepaguá	5.746	Área Concedida	R\$ 0,00
Obras de Recuperação a ser realizada no Açude de Camorim - Jacarepaguá	Não aplicável	Obra em andamento	R\$ 316.293,46
Contratação de Serviços Especializados para Digitalização, Vetorização, Georreferenciamento, Padronização e Verificação dos Dados Cadastrais para Aprimoramento do Cadastro Técnico	Não aplicável	Serviço em andamento	R\$ 5.392.814,26
Modernização do Sistema de Automação do Reservatório de Marapicú	Não aplicável	Licitação em andamento	R\$ 4.343.517,14
Obras de Redes de Interligação da Freguesia e Adjacências - Jacarepaguá	2.096	Área Concedida	R\$ 0,00
Complementação de Rede para Atendimento do Museu Nacional e entorno – São Cristóvão – Rio de Janeiro	Não aplicável	Obra em andamento	R\$ 1.409.947,76
Etapa 2ª Comunidade Cidade Rocinha	70.000	CONCLUÍDA em 2021	R\$ 0,00
Obras Programa Comunidade Cidade Rocinha 1ª Etapa		Área Concedida	R\$ 0,00
Contratação de Serviços de Gerenciamento e Supervisão das Obras e Serviços na Região Metropolitana do Rio de Janeiro	N/A	Em andamento	R\$ 8.155.774,76
SISTEMA ALEGRIA			
Complementação do tronco coletor Faria Timbó	456.000	Obra será realizada pelo PSAM	R\$ 134.000.000,00
Complementação do tronco coletor Manguinhos e saneamento da Maré	900.000	Obra será realizada pelo PSAM	R\$ 111.600.000,00
Complementação do tratamento secundário da ETE Alegria	1.500.000	Área Concedida	R\$ 0,00
REGIÃO METROPOLITANA - TOTAL			
			R\$ 364.766.652,14

Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo dos Investimentos
BELFORD ROXO			
Ampliação do sistema de abastecimento de água de diversas localidades do município de Belford Roxo	120.000	Área Concedida	R\$ 0,00
Recuperação da rede coletora e reforma da elevatória de esgotamento sanitário do Lote XV	32.000	Área Concedida	R\$ 0,00
Melhoria na rede de distribuição de água em diversas localidades do município de Belford Roxo	16.457	Área Concedida	R\$ 0,00
Ampliação do sistema de abastecimento de água de Miguel Couto	156.902	Área Concedida	R\$ 0,00
DUQUE DE CAXIAS			
Ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água tratada da localidade de Campos Eliseos	58.000	CONCLUÍDA 2021	R\$ 0,00
Ampliação do sistema de abastecimento de água de diversas localidades do município de Duque de Caxias	278.126	Área Concedida	R\$ 0,00
Serviços de reforma das elevatórias de esgotos Olavo Bilac, Vila Centenário e Jardim Leal	55.380	Previsão de término julho/2022	R\$ 2.088.813,51
Melhoria na rede de distribuição de água em diversas localidades do município de Duque de Caxias	34.029	Área Concedida	R\$ 0,00
ITAGUAÍ / SEROPÉDICA			
Obras para complementação do abastecimento de água no Município de Itaguaí	255.983	Área Concedida	R\$ 0,00
JAPERI			
Complementação das obras do sistema de abastecimento de água da Japeri	106.349	Obra em andamento	R\$ 18.677.146,65
MAGÉ			
Ampliação do sistema de água tratada da cidade de Magé - Mauá e Suruí	95.814	Área Concedida	R\$ 0,00

NOVA IGUAÇU			
Melhoria do abastecimento para a localidade de Grão Pará	102.000	Concluída em 2021	R\$ 0,00
Complementação da rede distribuidora de água na área de abrangência dos reservatórios Cabuçu Alto e Baixo	24.409	Área Concedida	R\$ 0,00
Esgotamento Sanitário dos bairros Juscelino, Centro (parte), Caonze, em Nova Iguaçu	13.192	Área Concedida	R\$ 0,00
Aquisição de tubos para a complementação da rede distribuidora de água na área de abrangência dos reservatórios Cabuçu Baixo e Alto	Não aplicável	Área Concedida	R\$ 0,00

QUEIMADOS			
Complementação do sistema de abastecimento de água no município de Queimados	93.231	CONCLUÍDA 2021	R\$ 0,00

SÃO JOÃO DE MERITI			
Ampliação do sistema de abastecimento de água de diversas localidades do município de São João Meriti-1ª etapa	267.455	Área Concedida	R\$ 0,00
Fornec. e instalação do reservatório em chapa de aço parafusado ou no sistema de dobra dupla para água potável, com capacidade de 2.500 m³ p/ Abastec. De água Jardim Meriti- S. J. Meriti		Área Concedida	R\$ 1.556.000,00

DIVERSOS MUNICÍPIOS			
Recuperação do sistema de coleta e transporte de esgotos sanitários da Pavuna	288.000	Obra em andamento	R\$ 14.212.231,02
Sistema de coleta e transporte de esgotos sanitários de Sarapuí	127.200	Obra em andamento	R\$ 15.489.070,37
Sistema integrado de abastecimento de água de Jardim Esplanada, Jardim Alvorada, Brasília, Posse e JK nos municípios de Nova Iguaçu e Mesquita	957.402	Área Concedida	R\$ 0,00
Proteção da tomada d'água do Guandu	15.000.000	Licitação em fase de recurso	R\$ 82.125.721,82
Reforço no sistema de abastecimento de água de Nilópolis e outros	102.161	Área Concedida	R\$ 0,00
BAIXADA FLUMINENSE - TOTAL			R\$ 134.148.983,37

Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo dos Investimentos em R\$
ITABORAÍ			
Novo sistema de produção de água tratada de Itaboraí	332.927	Área Concedida	R\$ 0,00
RIO BONITO			
Ampliação do sistema de abastecimento de água de Rio Bonito	10.000	Concluída em 2021	R\$ 0,00
SÃO GONÇALO			
Ampliação do sistema de abastecimento de água com a construção de reservatórios, tronco alimentador e tronco distribuidor no bairro de Monjolos	66.247	Concluída em 2021	R\$ 0,00
LESTE FLUMINENSE - TOTAL			
			R\$ 0,00
BARRA DO PIRAI			
Ampliação do sistema de abastecimento de água na Sede do município de Barra do Piraí	95.000	Área Concedida	R\$ 0,00
ITAPERUNA			
Sistema de abastecimento de água do município de Itaperuna	82.500	Saldo da obra sendo relicitado	R\$ 19.040.000,00
Implantação de sistema de esgotamento sanitário do município de Itaperuna	82.500	Saldo da obra sendo relicitado	R\$ 49.060.000,00
MACAÉ			
Ampliação do sistema de produção de água tratada para o município de Macaé	243.967	Aguardando recurso financeiro	R\$ 209.409.000,00
INTERIOR DO ESTADO - TOTAL			R\$ 277.509.000,00

Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo dos Investimentos em R\$
SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA- GUANDU			
Contratação de terraplanagem para o Reservatório Novo Marapicú e construção das estruturas de drenagem para águas pluviais e vias de acesso ao Reservatório Novo Marapicú - Parte integrante do sistema Novo Guandu - Etapa 01 - Fase 01	3 milhões	Em andamento	R\$ 17.066.934,66
Implantação Básica, Terraplanagem e Modernização da Estação de Tratamento de Água do Novo Guandu - Etapa 02 Fase 01 - do Sistema de Produção ETA Novo Guandu		Em contratação	R\$ 78.433.497,02
Implantação de Sistema de Produção de Água do Novo Guandu		Sendo elaborada a licitação	R\$ 2.037.771.991,40
Gerenciamento da obra do Sistema de Produção ETA Novo Guandu - Parte 01 - 12 m³/s e do Novo Reservatório do Marapicú - 57.000 m³ - Parte 01		Em andamento	R\$ 22.084.953,71
Aquisição de tubos de aço para troncos, travessias e extravasor- Sistema de Produção ETA Novo Guandu		Sendo elaborada a licitação	R\$ 84.094.490,16
Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de instalação com fornecimento de sistemas de remoção de lodo para os decantadores 7, 8 e 9 da VETA – Velha Estação de Tratamento de Água do Guandu		Obra em andamento	R\$ 27.266.629,46
Contratação de empresa especializada para fornecimento com instalação de sistema mecânico do tipo turbina de fluxo axial para os floculadores da NETA e da VETA da Estação de Tratamento de Água do Guandu		Obra em andamento	R\$ 10.768.063,19
Contratação de empresa especializada para a recuperação e adequação de 60 filtros da NETA – Nova Estação de Tratamento de Água		Obra em andamento	R\$ 49.846.947,33
Contratação de serviço de engenharia para substituição com fornecimento de 60 válvulas do tipo gaveta DN 800 mm, 12 válvulas do tipo gaveta DN 600 mm, acessórios e peças especiais dos filtros e decantadores da NETA, respectivamente.		Obra em andamento	R\$ 13.031.197,29
Fornecimento com instalação de 60 mesas de comando dos filtros da Nova Estação de Tratamento de Água (NETA) do Guandu		Aguardando licitação	R\$ 3.287.107,60
Contratação de serviço de bombeamento de água bruta do Rio Guandu para Lagoa Maior da captação da Estação de Tratamento de água do Guandu		Obra em andamento	R\$ 3.340.479,67
Construção do Reservatório novo Marapicú, tronco, extravasor e adutora do Sistema de Produção de Água Novo Guandu		Aguardando licitação	R\$ 351.217.028,28

SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA -LAJES			
Implantação do Sistema de Produção de Água de Ribeirão das Lajes - 5,5 m³/s	-	Em fase de projeto	R\$ 0,00

SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA - ACARI			
Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação do Sistema de Produção de Água de Tinguá	3 milhões	Obra em andamento	R\$ 19.402.951,31
Implantação de Sistema de Produção de Água Rio D'Ouro	-	Em fase de projeto	R\$ 98.000.000,00
Novo sistema de produção de água para os 3º e 4º Distritos de Duque de Caxias - ETA XERÉM	240.000	Licitação em andamento	R\$ 226.541.564,14
SISTEMAS DE PRODUÇÃO - TOTAL			R\$ 3.042.153.835,22

11. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos auditores independentes, esclarecemos que nossa política de relacionamento com os auditores independentes, relativa à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está substanciada nos princípios que preservam a independência do auditor.

A Ernst & Young Auditores Independentes S/s foi contratada para os serviços de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Destacamos que em 2021 a Ernst & Young auditores Independentes S/s não prestou outros serviços além da auditoria das demonstrações financeiras.

12. AGRADECIMENTOS

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), por meio de sua Diretoria Executiva, dedica seus agradecimentos ao acionista controlador desta empresa, o Estado do Rio de Janeiro, aqui representado na figura do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Cláudio Castro. Aos senhores acionistas minoritários, agradecemos a confiança na condução da administração dos negócios. O reconhecimento pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal da CEDAE nos estimula a avançar sempre. A todos, o nosso muito obrigado.

Aos entes financiadores da Companhia e do Governo do Estado do Rio de Janeiro, ressaltamos que os recursos aportados nos projetos desta Companhia tornaram possível a realização de investimentos e obras fundamentais para a expansão contínua dos serviços prestados pela CEDAE e para o saneamento básico do estado. Portanto, também devemos nossa reverência às instituições aqui citadas: Caixa Econômica Federal (CAIXA) e BNDES.

Gostaríamos também de agradecer a colaboração da Secretaria de Estado de Saúde (SES), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – seção Rio de Janeiro (ABES-Rio), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (POLI/UFRJ) na realização do estudo "Monitoramento espaço-temporal da concentração de SARS-COV-2 nos esgotos sanitários da Região Metropolitana do Rio de Janeiro como estratégia de apoio de ações de vigilância epidemiológica da COVID-19".

Agradecemos a todos os colaboradores que, neste momento de pandemia, mantêm as atividades com o objetivo de garantir a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Gostaríamos, finalmente, de reforçar o compromisso com a população do Estado do Rio de Janeiro. Com tantos desafios ambientais, sociais e econômicos, vivemos em constante adaptação para oferecer serviços cada vez melhores de água e esgoto. É essa missão que guia o nosso quadro de 3,5 mil empregados.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	2021	2020
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	2.659.853	1.259.928	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	48.580	56.745
Contas a receber de clientes (Nota 8)	1.194.861	965.171	Empreiteiros e fornecedores	81.483	87.846
Estoques	12.532	22.977	Salários a pagar	7.265	1.786
Tributos a recuperar (Nota 13)	98.160	65.312	Passivo atuarial (Nota 18)	81.032	74.469
Outros	11.078	11.827	Tributos a recolher (Nota 13)	32.162	49.177
			Parcelamentos tributários (Nota 14)	45.925	41.580
			Juros sobre capital próprio	1	1
			Dividendos a pagar (Nota 20.c)	6.446	2
			Outros parcelamentos (Nota 19)	66.099	66.117
			Provisões de encargos trabalhistas	155.933	223.533
			Agência Reguladora - Agenera	38.326	79.719
			Adiantamento de parte relacionada (Nota 9)	1.500.000	-
			Outras contas a pagar	40.340	29.025
Total do ativo circulante	3.976.484	2.325.215	Total do passivo circulante	2.103.592	710.000
Não circulante			Não circulante		
Depósitos e bloqueios judiciais (Nota 15)	2.085.410	1.843.858	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	422.818	441.284
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	100.138	92.128	Parcelamentos tributários (Nota 14)	114.530	153.137
Contas a receber de clientes (Nota 8)	131.456	182.217	Outros parcelamentos (Nota 19)	107.692	107.775
Contribuição social correntes e diferidos (Nota 16)	106.022	94.970	Provisão para contingências (Nota 15)	3.337.416	2.829.497
Transações com partes relacionadas (Nota 9)	270.284	294.144	Passivo atuarial (Nota 18)	2.760.961	3.164.746
Outros	31.125	40.314	Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 9)	26.944	26.944
	2.724.435	2.547.631	Outras contas a pagar (Nota 17)	69.587	146.991
			Total do passivo não circulante	6.839.948	6.870.374
Intangível e ativo de contrato (Nota 10)	9.705.992	9.718.542	Patrimônio líquido (Nota 20)		
Imobilizado (Nota 11)	77.732	78.240	Capital social	3.015.828	3.015.828
	9.783.724	9.796.782	Reserva de capital	13.964	13.964
			Reservas de lucros	1.392.395	1.230.168
			Outros resultados abrangentes	3.118.916	2.829.294
Total do ativo não circulante	12.508.159	12.344.413	Total do patrimônio líquido	7.541.103	7.089.254
Total do ativo	16.484.643	14.669.628	Total do passivo e do patrimônio líquido	16.484.643	14.669.628

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021	2020
Receita operacional líquida (Nota 21)	6.109.044	5.919.057
Custo dos serviços prestados (Nota 22.a)	(2.932.314)	(2.581.932)
Lucro bruto	3.176.730	3.337.125
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas comerciais (Nota 22.b)	(1.617.455)	(2.081.781)
Despesas gerais e administrativas (Nota 22.c)	(557.838)	(488.211)
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 24)	(1.053.403)	(971.346)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(51.966)	(204.213)
Receitas financeiras (Nota 23.b)	225.092	142.213
Despesas financeiras (Nota 23.a)	(126.593)	(197.390)
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social	46.533	(259.390)
Contribuição social (Nota 16.a)	(19.397)	12.240
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	27.136	(247.150)
Quantidade de lotes de mil ações preferenciais e ordinárias no fim do exercício	629.071.608	629.071.608
Lucro líquido (básico e diluído)/prejuízo por ação (em reais) (Nota 20b)	0,04	(0,39)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	27.136	(247.150)
Outros resultados abrangentes		
Ajuste de ganhos e perdas atuariais - PRECE (Nota 18)	78.349	32.529
Ajuste de ganhos e perdas atuariais - Cedae Saúde (Nota 18)	397.030	102.275
Prêmio de aposentadoria (Nota 18)	(1.580)	(10.213)
Contribuição social diferidos (Nota 18)	(42.642)	(11.213)
	431.157	113.378
Total de outros resultados abrangentes do exercício	458.293	(133.772)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do da contribuição social	46.533	(259.390)
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	230.771	277.029
Juros e variação monetária de empréstimos e financiamentos	40.752	46.079
Juros sobre parcelamentos	75.291	140.816
Juros e atualizações monetárias sobre outras obrigações	7.112	8.903
Baixa de bens do imobilizado	(54)	-
Provisão para contingências	809.837	746.811
Passivo atuarial	243.157	249.351
Atualização monetária das contas a receber	(32.250)	(36.550)
Recuperação de despesas	-	204
Provisão para perdas de crédito esperadas (Nota 22.b)	1.489.135	1.897.491
Rendimentos de títulos e valores mobiliários não realizados	(8.105)	(3.234)
Atualizações monetárias de depósitos judiciais	(51.777)	(31.860)
	2.850.402	3.035.650

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021	2020
Receitas		
Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto	6.349.221	6.149.392
Outras receitas	11.247	31.991
Provisão para perdas de créditos esperadas	(1.489.135)	(1.897.491)
	4.871.333	4.283.892
Insumos adquiridos de terceiros		
Material aplicado	(177.462)	(147.288)
Materiais, força e luz, serviços de terceiros e outros	(1.778.847)	(1.496.612)
Perda e recuperação de valores ativos	(997.661)	(922.264)
	(2.953.970)	(2.566.164)
Valor adicionado bruto	1.917.363	1.717.728
Depreciações e amortizações		
Depreciações e amortizações	(232.504)	(279.109)
Valor adicionado líquido produzido	1.684.859	1.438.619
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	225.092	142.213
Valor adicionado total a distribuir	1.909.951	1.580.832
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	1.004.417	905.631
Benefícios	131.133	141.460
FCTS	53.301	62.216
Impostos, taxas e contribuições	476.497	455.435
Federais	474.883	453.954
Estaduais	746	648
Municipais	868	833
Remuneração de capitais de terceiros	217.467	263.240
Juros e variações cambiais	137.952	200.016
Aluguéis	79.515	63.224
Remuneração de capitais próprios	-	54.624
Dividendos	6.444	-
Juros sobre capital próprio	-	54.624
Lucros retidos	20.692	(301.774)
Distribuição do valor adicionado	1.909.951	1.580.832

Aumento (diminuição) nos passivos		
Empreiteiros e fornecedores	(7.779)	17.587
Salários a pagar	5.479	526
Impostos e contribuições a recolher	11.281	3.536
Parcelamentos tributários	(38.397)	(41.345)
Outros parcelamentos	(115)	(27.765)
Provisões de encargos trabalhistas	(68.063)	22.714
Provisão para contingências	(301.918)	(276.999)
Contribuições a benefícios pós-emprego	(237.722)	(273.994)
Agência Reguladora – AGENERSA	(41.393)	18.623
Adiantamento do Controlador	1.500.000	-
Outras contas a pagar	(67.028)	(39.389)
Variações nos ativos e passivos	(1.064.100)	(2.105.170)
Contribuição social paga	(101.430)	(82.148)
Juros pagos	(680)	(46.079)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.684.192	802.253
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de intangível, ativo de contrato e imobilizado	(217.659)	(82.178)
Títulos e valores mobiliários	95	(523)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(217.564)	(82.701)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de financiamentos	(66.703)	(141.997)
Pagamentos de juros sobre o capital próprio	-	(85.790)
Pagamentos de dividendos	-	(31.328)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(66.703)	(259.115)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.399.925	460.437
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.259.928	799.491
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.659.853	1.259.928

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2020	2.586.987	13.964	183.901	1.607.041	2.885.757	-	7.277.650
Ajustes de avaliação patrimonial							
Ganhos atuariais	-	-	-	-	113.378	-	113.378
Mutações internas do patrimônio líquido							
Aumento de capital (Nota 20.a)	428.841	-	-	(428.841)	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação (Nota 20.f)	-	-	-	169.841	(169.841)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(247.150)	(247.150)
Juros s/capital próprio (Nota 20 c)	-	-	-	(54.624)	-	-	(54.624)
Absorção de prejuízo	-	-	-	(247.150)	-	247.150	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.015.828	13.964	183.901	1.046.267	2.829.294	-	7.089.254
Ajustes de avaliação patrimonial							
Ganhos atuariais	-	-	-	-	431.157	-	431.157
Mutações internas do patrimônio líquido							
Realização da reserva de reavaliação (Nota 20.f)	-	-	-	141.535	(141.535)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	27.136	27.136
Reserva legal (Nota 20 e)	-	-	1.357	-	-	(1.357)	-
Dividendos obrigatórios (Nota 20 c)	-	-	-	-	-	(6.444)	(6.444)
Reserva de lucros (Nota 20 h)	-	-	-	19.335	-	(19.335)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.015.828	13.964	185.258	1.207.137	3.118.916	-	7.541.103

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE ("CEDAE" ou "Companhia") foi constituída em 1º de agosto de 1975 como sociedade anônima de economia mista domiciliada no Brasil, através da incorporação das entidades controladas pelo Estado do Rio de Janeiro: Empresa de Águas do Estado da Guanabara ("Cedag"), Empresa de Saneamento da Guanabara ("Esag") e Companhia de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro ("Sanerj"). Atualmente, sediada na Cidade do Estado do Rio de Janeiro em Avenida Presidente Vargas, nº 2.655, Cidade Nova, a Companhia é vinculada atualmente à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança (SECCG) e tem como acionista controlador o Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia atua no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, mediante delegação do Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Estado do Rio de Janeiro") e nos municípios através de convênios, sendo suas principais atividades:

- Captação, tratamento, adução e distribuição da água;
- Coleta, tratamento e destinação de esgotos sanitários;
- Realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes;
- Execução do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara ("PDBG") que é um programa do Estado do Rio de Janeiro, envolvendo diversos órgãos estaduais, cabendo à CEDAE o papel de executora das obras de esgotamento sanitário com recursos financeiros do Estado do Rio de Janeiro, de fontes externas ou internas; e
- Execução do Programa de Saneamento da Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes ("PSBJ") com recursos provenientes de diversos programas financeiros do Estado do Rio de Janeiro, como Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano ("Fecam") e Fundo Estadual de Saúde ("FES"), ou com recursos da CEDAE.

Após a transferência dos serviços nos municípios integrantes dos blocos 1 e 4, referente à Concorrência Internacional 001/2020 mencionada no subtópico 1.4 a seguir, dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia opera os serviços de abastecimento de água em 36 municípios e parte do Rio de Janeiro, dentre esses com contrato para prestação de serviços de esgotamento sanitário em 15 municípios e parte do Rio de Janeiro.

Em 31 de dezembro de 2021, apresentam-se vencidas as concessões relacionadas a seguir e que estão em fase de negociação com os municípios, sendo que os serviços não sofreram interrupção (Nota 2.7.2).

Município	Serviços
Angra dos Reis	Água
Cachoeiras de Macacu	Água
Cambuci	Água
Miracema	Água
Porciúncula	Água e esgoto
Quissamã	Água e esgoto
São João da Barra	Água e esgoto
Teresópolis	Água e esgoto

Em 31 de dezembro de 2021, o valor contábil do intangível utilizado nos oito municípios em negociação totalizava R\$193.076 (R\$197.995 em 31 de dezembro de 2020), tendo gerado receita de R\$129.977 (R\$119.778 em 31 de dezembro de 2020) (Nota 10).

Os contratos de concessão estipulam um direito de cobrar dos clientes os serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo estabelecido nestes. A Companhia possui, na maior parte dos seus contratos, um direito de receber caixa ao final da concessão como forma de indenização pela devolução dos ativos ou de prorrogar o contrato até a efetiva quitação da indenização por parte dos municípios.

Nos contratos em que não está prevista tal indenização (cinco contratos na totalidade), existe a obrigatoriedade do Poder Concedente prorrogar o prazo de concessão pelo tempo necessário para que a Companhia recupere o investimento efetuado. No caso do contrato firmado com o Município do Rio de Janeiro, não existe previsão de indenização. Contudo, o contrato possui validade de 50 anos, prazo inferior à vida útil dos bens relacionados à concessão e prevê renovação automática pelo mesmo período, a qual a opção de não exercer renovação deve ser manifestada até dois anos antes do fim da vigência do contrato.

As concessões em termos de número de economias (*) são:

Município	Número de economias (*)	Concessões de água e esgotamento sanitário	
		Início	Término
1 Rio de Janeiro	969.667	2007	2057
2 Macaé	77.953	2011	2041
3 Rio das Ostras	56.358	2011	2061
4 Itaperuna	35.087	2008	2038
5 Itaguaí	33.463	2011	2041
6 Valença	28.145	2009	2039
7 Paraíba do Sul	16.038	2008	2038
8 Vassouras	15.210	2008	2048
9 Seropédica	14.489	2009	2039
10 Mangaratiba	13.506	2013	2043
11 São Fidelis	12.054	2008	2038
12 Bom Jesus do Itabapoana	11.004	2011	2041
13 Pirai	10.724	2009	2029
14 Miguel Pereira	9.795	2009	2039
15 Pinheiral	9.134	2008	2048
16 Paracambi	8.663	2008	2038
17 Paty do Alferes	8.141	2008	2038
18 Bom Jardim	7.189	2001	2031
19 Sapucaia	6.488	2010	2035
20 Rio Claro	5.048	2008	2038
21 Natividade	5.027	2008	2038
22 Italva	4.253	2012	2042
23 Cardoso Moreira	3.750	2002	2027
24 Eng. Paulo de Frontin	3.259	2008	2048
25 Barra do Pirai	3.215	2006	2036
26 Macuco	3.193	2002	2032
27 Laje do Muriaé	2.577	2013	2043
28 Sumidouro	2.163	2009	2039
29 Santa Maria Madalena	1.909	2009	2039
30 São José de Ubá	1.790	2009	2039
31 Carapebus	1.564	2008	2038
32 Trajano de Moraes	1.435	2000	2030
33 Varre-Sai	1.271	2009	2039

(*) Economia é uma unidade predial, caracterizada segundo o artigo 96 do Decreto Estadual do Rio de Janeiro nº 553/1976, para efeito de cobrança (informação não auditada). Conforme divulgado na Nota 14, em 19 de junho de 2018, transitou em julgado junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Cível Ordinária nº 2757/RJ, de autoria da Companhia. Nessa ação a CEDAE requereu imunidade tributária nos termos do artigo 150, VI "a" da Constituição Federal, por ser entendimento de seus Administradores e consultores jurídicos e legais que a Companhia, por ter como único acionista o Governo do Estado do Rio de Janeiro e prestar serviços de utilidade pública, estava imune a impostos por se equiparar a um ente público. O êxito obtido pela Companhia lhe assegurou a imunidade a impostos e, a partir da data do trânsito em julgado, a Administração deixou de apurar e recolher os impostos federais; baixando os valores a eles relacionados, sejam impostos a recuperar, recolher ou diferidos, uma vez que não existirá base de cálculo para apuração e realização desses impostos. Deve-se observar que a imunidade foi concedida à CEDAE no pressuposto desta ter como único acionista o Estado do Rio de Janeiro e que tal imunidade poderá ser revista, e perdida, caso terceiros passem a deter participação no capital da Companhia.

1.1. Leilão de concessão

Em 29 de dezembro de 2020, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, acionista controlador da Companhia, divulgou no Diário Oficial do Estado o Edital para realização de leilão de concessão da Companhia, o qual previa que a distribuição de água e a coleta e tratamento de esgoto nos municípios do estado, que atualmente são responsabilidade da Companhia, passem para a iniciativa privada pelo período de 35 anos.

Os serviços que antes eram prestados, em regra, pela CEDAE foram divididos em duas etapas: a etapa *upstream* (serviços de reservação, captação, adução e tratamento de água bruta) e a etapa *downstream* (serviços de adução, reservação e distribuição de água tratada ao usuário final, bem como de coleta e tratamento de esgotos e disposição final de efluentes). A CEDAE permanecerá como prestadora da etapa *upstream* na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMRJ), ao passo que a etapa *downstream* será desestatizada, por meio de licitação. Já, no âmbito dos demais municípios do interior, todas as etapas (*upstream* e *downstream*) serão delegadas a concessionárias privadas.

As áreas geográficas de atuação da CEDAE foram divididas em quatro grandes blocos, que foram leiloados separadamente. Cada um abrange uma região da capital e um conjunto de municípios.

Em 30 de abril de 2021, foi realizado concorrência pública para a concessão dos serviços de saneamento básico, que teve o seguinte resultado: (i) Blocos 1 e 4 – vencidos pela Águas do Rio; e (ii) Bloco 2 – vencido pela Iguá Saneamento. Nota-se que naquela oportunidade, dos quatro blocos definidos para a contratação dos concessionários privados, apenas um deles, o Bloco 3, não registrou oferta qualquer de lance durante o leilão e, consequentemente, restou deserto o procedimento para a área estabelecida.

Posteriormente, em 11 de agosto de 2021, foram assinados os contratos de concessão entre o Estado do Rio de Janeiro e as sociedades de propósito específico criadas pelas licitantes vencedoras dos leilões (Consórcio Iguá e Consórcio Aegea), coletivamente denominadas "Concessionárias" em cumprimento ao Edital. Segundo a cláusula oitava de tais contratos, o período de operação assistida do sistema teria a duração de até 180 (cento e oitenta) dias, ressalvando-se, nas subcláusulas 8.11 e 8.12, respectivamente, a possibilidade de antecipar ou postergar o prazo de tal operação.

Diante da ausência de licitantes interessados no Bloco 3, em 08 de novembro de 2021, o Estado do Rio de Janeiro, remodelando-o, publicou Edital de Concorrência Internacional nº 01/2021, passando o referido Bloco a conter os seguintes Municípios: (Rio de Janeiro (Bairros da AP-5), Bom Jardim, Bom Jesus do Itabapoana, Carapebus, Carmo, Itaguaí, Itatiaia, Macuco, Natividade, Paracambi, Pinheiral, Pirai, Rio Claro, Rio das Ostras, São Fidélis e São José de Ubá). Em 29 de dezembro de 2021, foi realizado o leilão para a concessão dos serviços de saneamento básico do Bloco 3, arrematado pela sociedade empresária SAAB Participações II S/A ("Águas do Brasil").

Nesse cenário, quanto aos Blocos 1 e 4, foi assinado Termo de Encerramento Antecipado da Operação Assistida e Transferência do Sistema, no qual ficou acordada a data de 1º de novembro de 2021 para a eficácia do Termo de Transferência do Sistema. Quanto ao Bloco 2, o Termo de Transferência foi celebrado em 07 de fevereiro de 2022. Por fim, com relação ao Bloco 3, a homologação do resultado da licitação foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 25 de janeiro de 2022.

O entendimento da Companhia, apoiada por seus assessores jurídicos é que a transferência da propriedade dos bens reversíveis e a definição dos montantes de indenização a eles relacionados ainda não ocorreu e que, em razão disso, a CEDAE entende que a baixa/transfêrencia patrimonial dos bens reversíveis não deve ser objeto do encerramento das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, pois o entendimento da Administração é que existem alguns pontos a serem observados que dependem das avaliações e do trâmite definitivo do procedimento editalício (que tem forma de lei), cujo principal argumento é o inventário dos bens que está em andamento e desta forma não é sabido quais são de fato os bens a serem verificados ao Poder Concedente.

Além disso, a Companhia informa não ter condições de calcular o valor que será ressarcido pelo Poder Concedente (Governo do Estado do RJ), pois o valor será determinado após auditoria e validado pela Controladoria Geral do Estado como o montante da indenização devida à CEDAE pelos ativos não amortizados assumidos pelas concessionária que será determinado através de um programa de transferências a ser apresentado pelo controlador da Companhia.

Até o momento a CEDAE recebeu pelo encerramento dos contratos, uma antecipação do valor, no total de R\$1.500.000, o qual encontra-se registrado em seu balanço patrimonial na rubrica de 'Adiantamento de Partes Relacionadas' no passivo circulante, tendo em vista a expectativa de regularização do referido saldo ainda no exercício de 2022.

1.2. Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Em 1º de julho de 2020, ocorreu na sede da Companhia uma operação conjunta da Polícia Civil, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ e do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE. A operação, denominada "Águas Claras", investiga alegação de fraude em licitações e contratações emergenciais nos anos de 2015 a 2020 e deu cumprimento a medidas de busca e apreensão de documentos envolvendo a Companhia, a empresa contratada Chison Empreendimentos Imobiliários Ltda e determinados colaboradores (atuais e passados) da CEDAE. Adicionalmente em fevereiro de 2021 e em novembro de 2020 as polícias federal e civil do Rio de Janeiro nos solicitaram acesso aos contratos firmados entre a Companhia e as empresas contratadas RC Vieira Engenharia Ltda ("RC") e Emissão Engenharia e Construções Ltda ("Emissão"), respectivamente. A Companhia está acompanhando a investigação em andamento no Operação Águas Claras e vem prestando todas as informações solicitadas pelas autoridades. Os documentos pertinentes a investigação (mandado de busca e apreensão e termos de solicitação de informação do TCE) não mencionam valores e até a presente data nenhum colaborador ou ex-colaborador da Companhia foi indiciado.

Em 22 de julho de 2020, a Administração da Companhia designou uma Comissão Permanente de Sindicância para realização de investigação interna e independente, com supervisão e monitoramento contínuo pela Comissão de Ética da CEDAE e acompanhamento pelo Comitê de Auditoria Estatutária, sendo executada por colaboradores da Companhia, com o objetivo de averiguar possíveis irregularidades no âmbito da operação "Águas Claras".

Em continuidade ao processo de investigação interna a Companhia determinou a contratação de consultoria especializada em procedimentos forenses que possa, com ferramentas e recursos adicionais, complementar o trabalho efetuado pela Comissão de Sindicância. Neste contexto, em 01 de junho de 2021, foi assinado o contrato com consultoria especializada em investigação forense, Mazars Cabrera Assessoria, Consultoria e Planejamento Empresarial Ltda. Os serviços foram executados conforme prazo acordado e o Relatório Final foi emitido em 23 de fevereiro de 2022. As constatações reveladas pela consultoria não geram impacto contábil, ou seja, não repercutem nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021 e foram encaminhadas ao Comitê de Auditoria para encaminhamentos e providências cabíveis.

Durante todo o processo de investigação, a Administração da Companhia apresentou diversas iniciativas, como: (1) acompanhamento processual; (2) colaboração com as autoridades; (3) investigação independente pela Comissão Permanente de Sindicância; (4) contratação de consultores especializados em análises forenses; e (5) acompanhamento "shadow" do trabalho de análise forense pela Auditoria Independente. Tais medidas são apropriadas para o adequado esclarecimento dos fatos e proteção dos interesses da Companhia.

1.3. COVID-19

Desde março de 2020, foi decretado estado de pandemia pela Organização Mundial de Saúde devido ao surto de coronavírus 2019 (COVID-19), os impactos e primeiros casos foram diagnosticados no Brasil e no mundo no primeiro trimestre de 2020.

O Surto de COVID-19 se desenvolveu rapidamente em 2020 e se prolonga até 2021 e as medidas tomadas para conter o vírus afetaram muito a atividade econômica, incluindo alguns impactos nos resultados operacionais e nos fluxos de caixa das Companhias no Brasil. Ao longo de 2020, foi decretado o *lockdown* em vários estados do Brasil que durou de março a junho de 2020.

Como a Companhia hoje detém o monopólio natural de um serviço essencial, apesar de eventuais perdas no curto e talvez médio prazo, em nosso entender, o negócio em si não será afetado numa perspectiva de longo prazo. Após análise interna, não houve indicação de redução do valor recuperável de ativos ou riscos associados ao cumprimento de obrigações, uma vez que a Companhia possui baixo grau de endividamento e o fato da posição de Caixa ser bastante confortável; como medida prudencial, a CEDAE está negociando a ampliação das suas linhas de crédito, e também deverá observar uma rigorosa análise na contratação de serviços e fornecedores, dando preferência aos que são mais importantes neste momento crítico.

Em 2021, houve o agravamento da crise com aumento do número de casos, consequentemente, a necessidade de novas medidas de restrição dentre elas as atividades comerciais e de prestação de serviços, essas restrições foram implementadas principalmente no mês de março.

Em setembro de 2021, o país apresentou uma evolução significativa nos níveis de vacinação, com redução da taxa de transmissão e número de casos, com isso houve uma leve melhora nas atividades econômicas do País. Até o momento, a Companhia não sofreu nenhum impacto material em suas operações, a Companhia continua a apresentar resultados positivos. Considerando as medidas estabelecidas através dos decretos do Governo do Estado do Rio de Janeiro. A CEDAE adotou uma série de procedimentos visando ao atendimento dos referidos decretos e pensando no bem estar de seus clientes.

Cabe ainda mencionar que havendo necessidade a Companhia poderá adotar outras medidas complementares as já adotadas.

1.4. Geosmina

A partir do início de janeiro de 2020, a Companhia se deparou com o desafio técnico e administrativo de enfrentar os transtornos causados pela presença da Geosmina na lagoa grande. Esta lagoa, situada a montante da tomada d'água do Sistema Guandu, é responsável quantitativamente por apenas 1% da água bruta captada pela Cedae pois a contribuição principal é proveniente do Rio Guandu.

A presença da Geosmina é resultante da proliferação de cianobactérias na lagoa grande, em que algumas espécies filamentosas são produtoras desta substância. A lagoa grande, por ser um ambiente lêntico, exposto a altas temperaturas e com grande aporte de nutrientes, se torna um espaço com condições favoráveis para proliferação de cianobactérias.

A questão é que a Geosmina, mesmo em quantidades muito baixas de concentração, a partir de 0,004 microgramas/litro já é possível sentir alteração de gosto e odor, apesar de não representar risco à saúde dos consumidores e estar dentro do padrão organoléptico de gosto e odor definido pela Portaria 05/2017 do Ministério da Saúde, gera desconforto a população. Cabe esclarecer que a presença de cianobactérias neste tipo de ambiente, e por consequência, a presença do composto orgânico Geosmina, é um fenômeno Hidro-Biológico existente em várias regiões do Brasil e em vários países do mundo, inclusive em mananciais utilizados para o abastecimento humano. Com exceção do Rio de Janeiro, os governantes e a mídia destas localidades no Brasil e no Mundo, tratam do problema esclarecendo a população, demonstrando o quanto a geosmina é inócua, sendo um aspecto estético da água, e que a sua eliminação da água para consumo humano permanecerá enquanto permanecerem as condições climáticas ideais para o desenvolvimento das cianobactérias que liberam este composto orgânico.

Isto posto, medidas preventivas e corretivas tiveram que ser adotadas tais como:

- Monitoramento diário de contagem de células de cianobactérias na lagoa no trecho inicial, no meio e no final. Este controle é de fundamental importância para se traçar as ações de controle de forma antecipada;
- Monitoramento diário de Geosmina no ponto de captação e na saída do tratamento;
- Monitoramento diário dos parâmetros Gosto e Odor nas Saídas de Tratamento e rede de distribuição;
- Aplicação de argila lantânica, visando a redução de aporte de nutrientes na lagoa;
- Aplicação de carvão ativado na entrada do tratamento com objetivo de remoção de Geosmina por meio do processo de adsorção;

- Bombeamento de uma parcela do rio Guandu para a lagoa com intuito de reduzir o tempo de detenção da lagoa, reduzir a temperatura da água da lagoa (a temperatura da água do rio Guandu é sempre menor que a da lagoa) e reduzir o metabolismo de proliferação de cianobactérias, além da diluição da carga de nutrientes;
- Abertura total das comportas prevista no Plano de Contingência da Bacia do Guandu, em seu Procedimento nº 3, que visa a renovação da água da lagoa com a entrada da água do Rio Guandu.

Por fim cabe mencionar que a medida para solução definitiva do problema será a execução da "Obra de Proteção da Tomada d'Água da ETA Guandu" que irá retirar a influência das águas da Lagoa a montante da captação da CEDAE. Para esta obra de engenharia a primeira sessão da LI005/2021 realizou-se em 1º de junho de 2021.

1.5. Programa de Demissão Voluntária - PDV

Em 03 de setembro de 2021, a Companhia expediu a Ordem de Serviço NR/ADM nº 16.070-00, que estabeleceu os critérios de adesão ao Plano de Demissão Voluntária 2021 - PDV 2021.

O PDV 2021 teve como objetivo promover desligamentos por adesão ao programa, de forma livre e espontânea, no período entre 10 de setembro e 09 de novembro de 2021, rescindindo os contratos de trabalho na modalidade por acordo dos empregados aposentados e não aposentados, na forma e proporção definidos na ordem de serviço acima mencionada. Como resultado o PDV 2021, teve a adesão de 818 funcionários, as adesões se deram por dois ciclos, o 1º de 10 a 24 de setembro, que teve adesão de 700 funcionários, gerando um impacto no período de R\$61.362 com as verbas indenizatórias e o 2º ciclo de 25 de setembro a 9 de outubro de 2021, que teve a adesão de 118 funcionários. Diante das regras e após a validação das adesões do 1º e 2º ciclos pela Administração, 23 foram indeferidos, por não cumprirem as regras. Os respectivos desligamentos ocorreram a partir de 04 de outubro de 2021 até 09 de 11 novembro de 2021.

A projeção financeira da Companhia é um gasto de aproximadamente R\$175 milhões com os desligamentos, que inclui Aviso Prévio, Multa de FGTS, Indenização equivalente ao Prêmio Aposentadoria, Verbas Indenizatórias correspondentes aos benefícios no contrato, Indenização patronal de CEDAE Saúde.

Através do PDV 2021, a CEDAE busca ajustar sua estrutura para uma nova realidade gerada pela realização do leilão em abril de 2021 da concessão de água e esgoto.

5.4. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado estão apresentados a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos e aplicações financeiras têm seus valores de mercado idênticos ou muito próximos aos saldos contábeis.

Empréstimos e recebíveis

Incluem recebíveis, depósitos judiciais, saldos com fornecedores, bem como empréstimos e financiamentos e debêntures, ambos em moeda nacional.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A gestão desses instrumentos é efetuada pela Administração por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento de estratagemas das taxas contratadas versus as rentabilidades no mercado.

A Companhia não efetua aplicação de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

5.5. Definição da classificação dos níveis hierárquicos dos instrumentos financeiros

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nível 1)	2.659.853	1.259.928
Títulos e valores mobiliários (Nível 2)	100.138	92.128
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Contas a receber de clientes (Nível 2)	1.326.317	1.147.388
Depósitos judiciais (Nível 2)	2.085.410	1.843.858
Outros créditos (Nível 2)	42.203	52.141
	6.213.921	4.395.443
	31/12/2021	31/12/2020
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos e debêntures (Nível 2)	471.398	498.029
Empreiteiros e fornecedores (Nível 2)	81.483	87.846
Outros parcelamentos (Nível 2)	173.791	173.892
Outras contas a pagar (Nível 2)	69.587	146.991
	796.259	906.758

5.6. Qualidade de crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou sujeitos à provisão para deterioração pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de rating (Moody's, Fitch Ratings e Standard & Poor's), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	2021	2020
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (Nota 6)	2.659.853	1.259.928
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	100.138	92.128
	2.759.991	1.352.056
Depósitos e bloqueios judiciais (Nota 15)	2.085.410	1.843.858

O risco de crédito das contas a receber da Companhia encontra-se detalhado na Nota 5.1.b.

A avaliação de rating das instituições financeiras custodiantes dos ativos de conta corrente, depósitos bancários e depósitos judiciais é assim apresentada:

	Fitch Ratings	Moody's	Standard & Poor's
Bradesco	AAA	Ba2	BB-
Banco do Brasil S.A.	AA	Ba2	BB-
Caixa Econômica Federal	AA	Ba2	BB-
Itaú Unibanco S.A.	AAA	Ba2	BB-
Banco Santander	-	Ba1	BB-

5.7. Análise de sensibilidade
Cenário I

Instrumentos financeiros	Indexador	Taxa projetada para 31 de março de 2022		
		Valor de risco provável	Taxa maior em 25%	Taxa maior em 50%
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras	CDI	2.773.260	2.792.251	2.811.512
Total		2.773.260	2.792.251	2.811.512
Passivo financeiro				
Debêntures (5ª emissão - 1ª série)	TJLP	33.020	33.141	33.262
Debêntures (5ª emissão - 2ª série)	Selic	13.780	13.874	13.970
Debêntures (6ª emissão)	CDI	-	-	-
CCB - Finisa	CDI	-	-	-
CCB - Subcréditos	TR	425.459	425.459	425.459
Prece	INPC	673.860	675.896	677.997
Total		1.146.119	1.148.370	1.150.688

A seguir é apresentado o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia. São apresentados dois cenários nos termos da Instrução da CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar os saldos dos ativos e passivos financeiros convertidos a uma taxa projetada para 31 de março de 2021 com apreciação de 25% e 50% no Cenário I e 25% e 50% de deterioração no Cenário II, conforme tabela abaixo.

Referências para passivos financeiros - Cenário I	Taxa projetada para 31 de março de 2022	Aumento da taxa em	
		25%	50%
CDI - trimestral	2,82%	3,52%	4,23%
TR - trimestral	0,00%	0,00%	0,00%
IPCA - trimestral	1,26%	1,57%	1,89%
INPC - trimestral	1,26%	1,57%	1,89%
TJLP - trimestral	1,49%	1,86%	2,23%
Selic - trimestral	2,82%	3,52%	4,23%

Cenário II

Instrumentos financeiros	Indexador	Taxa projetada para 31 de março de 2022		
		Valor de risco provável	Taxa menor em 25%	Taxa menor em 50%
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras	CDI	2.773.260	2.754.270	2.735.279
Total		2.773.260	2.754.270	2.735.279
Passivo financeiro				
Debêntures (5ª emissão - 1ª série)	TJLP	33.020	32.903	32.778
Debêntures (5ª emissão - 2ª série)	Selic	13.780	13.685	13.591
Debêntures (6ª emissão)	CDI	-	-	-
CCB - Finisa	CDI	-	-	-
CCB - Subcréditos	TR	425.459	425.459	425.459
Prece	INPC	673.860	671.692	669.657
Total		1.146.119	1.143.739	1.141.485

Referências para passivos financeiros - Cenário II	Taxa projetada para 31 de março de 2022	Redução da taxa em	
		25%	50%
CDI - trimestral	2,82%	2,11%	1,41%
TR - trimestral	0,00%	0,00%	0,00%
IPCA - trimestral	1,26%	0,94%	0,63%
INPC - trimestral	1,26%	0,94%	0,63%
TJLP - trimestral	1,49%	1,12%	0,74%
Selic - trimestral	2,82%	2,11%	1,41%

Essas análises de sensibilidade têm como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os instrumentos financeiros da Companhia. Tais valores quando de sua liquidação poderão apresentar valores diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e contas movimento	62.694	21.736
Aplicações financeiras	2.597.159	1.238.192
	2.659.853	1.259.928

O excedente de caixa da Companhia é aplicado em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por fundos de investimentos não exclusivos, que possuem alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações da Companhia buscam rentabilidade compatível com as variações da CDI.

As aplicações financeiras representam recursos a serem utilizados para fazer face ao pagamento das obrigações de curto prazo, com possibilidade de resgate imediato, pronta conversão em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses ativos financeiros decorrem somente valores em moeda nacional.

As receitas financeiras incluídas em aplicações financeiras, classificadas nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, totalizaram R\$96.658 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$29.465 em 2020) (Nota 23.b).

7. Títulos e valores mobiliários

	2021	2020
Não circulante		
Fundo de investimento imobiliário Caixa Cedae (Fiicc)	45.655	43.697
Fundo de Investimento em cotas Fundações - Novo Gandu (Fic)	31.386	30.229
Fundo de Investimento Imobiliário - Banco do Brasil ("Fiicc")	9.152	9.692
Bradesco - DEB. 5ª Res. - BNDES GOVPP	9.849	7.830
Outros	4.096	680
	100.138	92.128

8. Contas a receber de clientes

	2021	2020
Contas a receber faturadas	18.531.476	16.519.750
Parcelamentos	338.799	407.049
Consumo a faturar	274.220	549.632
	19.144.495	17.476.431
Provisão para perdas de créditos esperadas (Nota 8.3)	(17.818.178)	(16.329.043)
Contas a receber de clientes	1.326.317	1.147.388
Circulante	1.194.861	965.171
Não circulante	131.456	182.217
	1.326.317	1.147.388

8.1. Créditos junto aos municípios

Para os 34 municípios que renovaram convênio nos moldes da Lei Federal nº 11.445/2007, a Companhia pretende conceder perdão dos débitos que totalizam R\$165.765 em 31 de dezembro de 2021 (R\$153.550 em 2020), que foram provisionados em sua totalidade. Para os demais municípios, a provisão foi constituída , no montante de R\$610.354, em 31 de dezembro de 2021 (R\$526.115 em 2020).

8.2. Créditos junto ao Estado do Rio de Janeiro

Em 31 de dezembro de 2021, as obras que estão sendo efetuadas pelo Estado do Rio de Janeiro para quitação de dívidas por meio do Encontro de Contas estão abaixo relacionadas e o saldo a receber está apresentado líquido dos valores faturados das obras, cuja baixa tem como contrapartida a rubrica "Obras em andamento" na rubrica intangível e ativo de contrato (Nota 10).

	Valor total da obra	Custo incorrido	Atualização monetária	Saldo (Nota10)	Previsão de conclusão
Ampliação do sistema de água do Parque Fluminense	13.930	12.481	484	1.933	Concluído
Implantação do sistema de abastecimento de água de Inoã e Itaipuaçu	62.385	70.348	(2.661)	(10.624)	Concluído
Ampliação do sistema de abastecimento de água do Bairro de Campo Grande	19.018	25.942	(2.314)	(9.238)	Concluído
Ampliação do sistema de abastecimento de água da Barra da Tijuca, Recreio, Jacarepaguá, Vargem Grande e Vargem Pequena	209.326	171.269	12.718	50.775	07/04/2023
Ampliação do sistema de abastecimento da Zona Oeste bairros de Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba e outros	228.138	50.589	59.336	236.885	Em Fase de Licitação
Valores em reconhecimento de dívida	415	-	138	553	
	533.212	330.629	67.701	270.284	

Considerando que a quitação da respectiva dívida ocorrerá através do recebimento das obras em andamento relativas aos contratos de concessão mantidos pela Companhia, e que até 31 de dezembro de 2021 o Estado do Rio de Janeiro não efetuou quitação, a CEDAE efetuou o ajuste relativo ao 1º aditivo ao Termo de Encontro de Contas, em sua cláusula segunda, Parágrafo Terceiro no montante de R\$67.701 (R\$51.323 em 31 de dezembro de 2020).

8.3. Composição de contas a receber por classificação de cliente e por idade

A segregação das contas a receber entre órgãos da Administração Pública e terceiros, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontra-se detalhada a seguir:

	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal	Total
A vencer	866.912	20.791	74.630	20.794	983.127
Vencidas em até 30 dias	203.790	7.357	5.870	11.496	228.513
Vencidas de 31 a 60 dias	165.520	1.712	5.374	9.295	181.883
Vencidas de 61 a 90 dias	93.286	1.813	2.725	4.965	102.789
Vencidas de 91 a 180 dias	432.484	4.085	11.424	22.785	470.778
Vencidas mais de 180 dias	15.261.235	258.312	90.859	769.337	16.379.743
Grandes clientes	1.197.636	-	-	-	1.197.636
Arrecadação a Disc.	(399.974)	-	-	-	(399.974)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	17.820.871	294.070	190.882	838.672	19.144.495

	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal	Total
A vencer	815.478	30.678	121.836	34.319	1.002.311
Vencidas em até 30 dias	180.452	4.853	6.340	11.285	202.930
Vencidas de 31 a 60 dias	148.378	2.176	5.060	9.981	165.595
Vencidas de 61 a 90 dias	88.791	1.694	2.087	6.040	98.612
Vencidas de 91 a 180 dias	407.801	4.899	4.710	28.434	445.844
Vencidas mais de 180 dias	13.904.943	239.216	53.326	672.166	14.869.651
Grandes clientes	1.022.499	-	-	-	1.022.499
Arrecadação a Disc.	(331.011)	-	-	-	(331.011)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	16.237.331	283.516	193.359	762.225	17.476.431

Abaixo, são apresentadas as informações sobre a exposição ao risco de crédito nas contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, utilizando-se de uma matriz de provisão:

Taxa de atraso em 31/12/2021	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal
A vencer	15,42%	41,38%	3,86%	81,69%
Vencidas em até 30 dias	77,38%	62,54%	66,11%	89,20%
Vencidas de 31 a 60 dias	87,37%	75,40%	50,07%	96,34%
Vencidas de 61 a 90 dias	88,12%	84,66%	56,69%	94,90%
Vencidas de 91 a 180 dias	92,37%	91,20%	74,62%	97,28%
Vencidas mais de 180 dias	97,88%	99,34%	99,53%	99,60%
Grandes clientes	60,29%	-	-	-

Taxa de atraso em 31/12/2020	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal
A vencer	21,45%	42,16%	50,16%	77,81%
Vencidas em até 30 dias	70,21%	66,70%	49,58%	85,21%
Vencidas de 31 a 60 dias	86,82%	94,05%	50,26%	94,79%
Vencidas de 61 a 90 dias	90,08%	90,07%	54,86%	97,61%
Vencidas de 91 a 180 dias	92,38%	95,45%	94,00%	98,67%
Vencidas mais de 180 dias	98,22%	99,23%	99,87%	99,81%
Grandes clientes	63,20%	-	-	-

A composição por idade do contas a receber líquido da provisão para perdas de crédito esperadas está apresentada a seguir:

	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal	Total
A vencer	733.234	12.188	71.749	3.807	820.978
Vencidas em até 30 dias	46.097	2.756	1.989	1.242	52.084
Vencidas de 31 a 60 dias	20.903	421	2.683	340	24.347
Vencidas de 61 a 90 dias	11.082	278	1.180	253	12.793
Vencidas de 91 a 180 dias	32.998	359	2.899	620	36.876
Vencidas mais de 180 dias	323.538	1.703	428	3.077	328.746
Grandes Clientes	450.466	-	-	-	450.466
Arrecadação a Disc.	(399.973)	-	-	-	(399.973)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.218.345	17.705	80.928	9.339	1.326.317

9. Transações com partes relacionadas

 i) Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possuía os seguintes saldos com o acionista Controlador, o Estado do Rio de Janeiro, e órgãos relacionados:

	2021	2020
Ativo		
Circulante		
Contas a receber de órgãos estaduais (a)	50.106	21.050
Valores a receber por cessão de funcionários (b)	2.449	8.139
	52.555	29.189
Não circulante		
Créditos a receber de obras do Estado do Rio de Janeiro (Nota 8.2)	270.284	253.905
Adiantamento ao controlador (c)	-	40.239
Contas a receber de órgãos estaduais (a)	67.906	52.638
	338.190	346.782
	390.745	375.971
	31/12/2021	31/12/2020
Passivo		
Circulante		
Prece (e)	(72.498)	(64.985)
Cedae Saúde (e)	(8.534)	(9.484)
Adiantamento - Governo do Estado (h)	(1.500.000)	-
	(1.581.032)	(74.469)
Não circulante		
Adiantamentos para futuro aumento de capital (d)	(26.944)	(26.944)
Prece (e)	(665.454)	(655.308)
Cedae Saúde (e)	(2.123.390)	(2.462.232)
	(2.815.788)	(3.144.484)
	(4.006.075)	(2.842.982)
	31/12/2021	31/12/2020
Resultado		
Passivo atuarial (Nota 18)	(243.157)	(249.351)
Serviços de abastecimento de água e esgoto (f)	115.586	82.733
Provisão para perdas de crédito esperada	(80.928)	(67.735)
Instituto Estadual do Ambiente ("Inea") (g)	(40.040)	(45.441)
	(248.539)	(279.794)

(a) Contas a receber de órgãos estaduais são valores a receber pela prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Estado do Rio de Janeiro e demais órgãos a ele relacionados, em termos e condições praticados com terceiros não relacionados. Esses valores encontram-se devidamente provisionados de acordo com a matriz de provisão.

(b) Valores a receber por cessão de funcionários são relativos aos empregados cedidos a outros órgãos estaduais.

(c) Refere-se a adiantamento de repasse financeiro ao Estado do Rio de Janeiro para execução através da Seobras, de obras de modernização e ampliação do abastecimento de água e do sistema de esgotamento do Estado. Alinhadas com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esses ativos serão transferidos à Companhia quando da sua conclusão, conforme Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro e a Companhia em 20 de abril de 2011.

(d) Os créditos para futuro aumento de capital foram decorrentes de pagamentos efetuados diretamente pelo Estado do Rio de Janeiro, de obras com saneamento básico, contratados pela CEDAE.

(e) Os saldos do passivo atuarial com a Prece e Cedae Saúde estão devidamente demonstrados na Nota 18.

(f) Refere-se à prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Estado do Rio de Janeiro e demais órgãos a ele relacionados, nos mesmos termos negociais efetuados com terceiros.

(g) Refere-se a valores pagos ao Inea pela retirada de água dos rios e mananciais, para utilização no processo operacional da Companhia.

(h) No dia 17 de setembro de 2021, a CEDAE recebeu do Governo do Estado do Rio de Janeiro o valor de R\$1,5 bilhões a título de adiantamento, relativa a indenização parcial pela entrega dos ativos de concessão reversíveis em virtude do leilão ocorrido em 30 de abril de 2021, conforme mencionado na nota explicativa 1.4 – Leilão de concessão. A expectativa da Companhia para que o processo do leilão seja finalizado até setembro 2022.

 ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração e da governança

O pessoal-chave da Administração e da governança inclui os conselheiros e diretores, os membros do Comitê de Auditoria e o chefe da auditoria interna. A remuneração paga e a pagar está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Salários e encargos sociais	6.072	5.653
Plano de assistência médica	43	50
Planos de aposentadoria e pensão	35	38
Outros	150	210
	6.300	5.951

Esses valores foram aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de Abril de 2021.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados pelas partes. Os saldos em aberto no fim do exercício não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

10 Intangível e ativo de contrato

	Taxa de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil	
				2021	2020
Contratos em negociação para renovação	12	272.442	(79.353)	193.089	197.995
Contratos programas	3	216.490	(61.774)	154.716	158.691
Contratos concessão	7	1.222.169	(364.768)	857.401	878.113
Município do Rio de Janeiro	10	5.410.274	(1.627.699)	3.782.575	3.889.519
Intangíveis não afetos	12	4.373.837	(1.428.642)	2.945.195	3.025.527
Marcas e patentes	7	127	(51)	76	83
Ativo de contrato (obras em andamento)	-	1.772.940	-	1.772.940	1.568.614
		13.268.279	(3.562.287)	9.705.992	9.718.542

	2020	Adições (*)	Baixa	Amortização	Créditos		2021
					fiscais	Transferências	
Contratos em negociação para renovação (i)	197.995	175	-	(5.081)	-	-	193.089
Contratos programas (ii)	158.691	-	-	(3.975)	-	-	154.716
Contratos concessão (iii)	878.113	225	-	(21.199)	262	-	857.401
Município do Rio de Janeiro (iv)	3.889.519	517	42	(108.956)	1.453	-	3.782.575
Intangíveis não afetos (v)	3.025.527	2.332	-	(90.689)	15	8.010	2.945.195
Marcas e patentes	83	-	-	(7)	-	-	76
Ativo de contrato (obras em andamento) (vi)	1.568.614	212.336	-	-	-	(8.010)	1.772.940
	9.718.542	215.585	42	(229.907)	1.730	-	9.705.992

	2019	Adições (*)	Baixa	Amortização	Créditos		2020
					fiscais	Transferências	
Contratos em negociação para renovação (i)	204.056	32	-	(6.093)	-	-	197.995
Contratos programas (ii)	163.462	-	-	(4.771)	-	-	158.691
Contratos concessão (iii)	903.225	-	-	(25.427)	315	-	878.113
Município do Rio de Janeiro (iv)	4.015.939	2.560	-	(130.723)	1.743	-	3.889.519
Intangíveis não afetos (v)	3.133.574	951	-	(109.016)	18	-	3.025.527
Marcas e patentes	91	-	-	(8)	-	-	83
Ativo de contrato (obras em andamento) (vi)	1.491.098	77.516	-	-	-	-	1.568.614
	9.911.445	81.059	-	(276.038)	2.076	-	9.718.542

(*) As adições ocorridas no exercício de 2021 totalizaram R\$215.583 com recursos próprios, (R\$81.059 em 2020 com recursos próprios).

A Companhia opera contratos de concessão que preveem a prestação de serviços de saneamento básico e ambiental, captação, adução, tratamento e distribuição de água tratada, e coleta, e tratamento de esgotamento sanitário. Esses contratos de concessão estabelecem direitos e deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público. Os contratos preveem que os bens relacionados à prestação de serviços serão revertidos aos municípios ao fim do período de concessão.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia operava em 36 municípios no Estado do Rio de Janeiro (64 em 31 de dezembro de 2020). Na maior parte desses municípios o período de concessão é de 30 anos (Nota 1).

A redução no número de municípios deve-se ao leilão de concessão ocorrido mencionado na nota explicativa 1.4, os quais tiveram a prestação dos serviços encerradas em virtude do término da operação assistida. Cabe ressaltar, que os ativos intangíveis não amortizados relacionados aos bens reversíveis referente aos quatro blocos ocorridos no leilão totalizam R\$ 7.831.113 na data-base de 31 de dezembro de 2021 os quais encontram-se em análise por parte da Administração. Além disso, com o término da operação assistida dos blocos 1 e 4 a partir de 01 de novembro de 2021, a Administração passou a não depreciar os ativos intangíveis relacionados aos bens reversíveis.

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa.

Os intangíveis estão assim classificados:

 (i) Contratos em negociação para renovação

Até 31 de dezembro de 2021, permaneciam em fase de negociação cinco contratos de concessão com municípios, sem prejuízo da continuidade da prestação de serviço. O valor contábil do intangível utilizado nestes municípios totalizava R\$193.088 em 31 de dezembro de 2021 (R\$197.995 em 2020) e os encargos de amortização desses municípios durante o exercício findo nessa data foram de R\$5.081 (R\$6.093 em 2020). Os contratos de concessão preveem que os bens afetos à distribuição serão revertidos aos municípios no final do prazo, mediante indenização pelo valor residual ou valor de mercado de acordo com o estipulado em cada contrato ou a prorrogação da vigência do contrato (Nota 1).

A Companhia vem trabalhando recorrentemente para a obtenção de resultados positivos no processo de renovação dos contratos de programas junto aos municípios que ainda não renovaram seus contratos com a CEDAE (Nota 2.7.2).

 (ii) Contratos de programa - investimentos realizados

Referem-se às renovações dos contratos celebrados nas décadas de 70 e 80, denominados de concessão, através de contratos de programa nos moldes da Lei Federal nº 11.445/2007, que tem por objeto a prestação de serviços públicos

municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em que a Companhia detém concessão dos bens existentes, adquiridos ou construídos durante a vigência destes contratos que estão sendo amortizados pela vida útil dos bens relacionados. Ao final dos contratos de programa, o valor residual dos ativos afetos aos contratos é calculado pela Companhia e caso o Poder Concedente opte pela assunção dos serviços deverá antes adimplir o montante apurado dos ativos afetos. Se a quitação de tais ativos não ocorrer, a concessão é prorrogada até a efetiva quitação.

 (iii) Contratos de concessão

Os contratos de concessão e de programa preveem que os bens de distribuição serão revertidos ao município ao final do período contratual, pelo valor residual ou valor de mercado, de acordo com os termos de cada contrato. A amortização é calculada de acordo com método linear, que considera a vida útil dos bens. Ao final dos contratos de concessão, o valor residual dos ativos afetos aos contratos é calculado pela Companhia e caso o município opte pela assunção dos serviços deverá antes adimplir o montante apurado dos ativos afetos. Se a quitação de tais ativos não ocorrer, a concessão é prorrogada até a efetiva quitação.

 (iv) Município do Rio de Janeiro

No Município do Rio de Janeiro foi celebrado o Termo de reconhecimento recíproco de direitos e obrigações que constituiu um ato jurídico perfeito firmado pelo Estado, Município e CEDAE para a gestão associada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo prazo de 50 anos, automaticamente renovável por mais 50 anos.

Como parte desse termo, a Companhia tem a obrigação, em conjunto com o Município do Rio de Janeiro, de instalar, em suas respectivas áreas de atuação, de forma gradual e progressiva, sistemas de esgotamento sanitário pelo método de separadores absolutos, substituindo a utilização das galerias de águas pluviais e canais de drenagem pluvial para transporte de efluentes provenientes de unidades de tratamento de esgoto, que permanecerá em caráter transitório e sem quaisquer ônus. A Administração da Companhia cumprirá essa obrigação até o término do referido termo, previsto para o ano de 2057. Os bens estão sendo amortizados durante o tempo de vida útil.

 (v) Intangíveis não afetos às concessões (adutoras e outros)

Referem-se à infraestrutura necessária à execução dos serviços prestados em comum a todos os contratos de concessão, a qual, consequentemente, não pode ser individualmente vertida a nenhum município ao final do contrato de concessão. Essa infraestrutura em comum fica de forma vitalícia sob condição de concessão, uma vez que os prazos dos contratos com os municípios não convergem.

 (vi) Obras em andamento - Ativo de contrato

Em 31 de dezembro de 2021, as obras em andamento referem-se, principalmente, a novos projetos e são representados por redes e ligações de tratamento de água no valor de R\$1.421.048, sistema de coleta e tratamento de esgoto no valor de R\$349.413 e materiais a distribuir R\$2.480 (R\$1.253.823, R\$312.311 e R\$2.480, respectivamente, em 2020).

 (vii) Reavaliação

A Companhia optou pela isenção do custo atribuído, conforme permitido pelo pronunciamento técnico CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, mantendo, assim, os seus bens do imobilizado, transferidos posteriormente para o intangível, pelos valores reavaliados na data-base de 2006. Em virtude do exposto, a Companhia reclassificou, em 1º de janeiro de 2009, o valor integral da reserva de reavaliação para outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Foram realizados, por amortização ou baixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os montantes de R\$141.535 (R\$169.841 em 2020) de outros resultados abrangentes, registrados em contrapartida da conta de "Lucros acumulados", deduzidos dos efeitos tributários (Nota 20.f).

Em 31 de dezembro de 2021, a contribuição social registrada no passivo não circulante decorrente desse acréscimo patrimonial de R\$483.081 (R\$497.080 em 2020) (Nota 16).

11. Imobilizado

	Taxa de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil	2021	2020
Terrenos	-	58.476	-	58.476	58.476	
Edificações	4	19.486	(9.917)	9.569	10.167	
Máquinas, equipamentos e instalações	10	17.836	(10.603)	7.233	6.808	
Móveis e utensílios	10	4.045	(3.210)	835	536	
Computadores	20	7.729	(6.778)	951	1.480	
Veículos	20	2.818	(2.818)	-	-	
Benfeitorias	2	1.229	(675)	554	591	
Máquinas, tratores e similares	20	1.249	(1.135)	114	182	
		112.868	(35.136)	77.732	78.240	

As movimentações do ativo imobilizado durante os exercícios de 2021 e 2020 estão demonstradas a seguir:

	2020	Adições	Baixas	Depreciação	Crédito		2021
					fiscal	Transferências	
Terrenos	58.476	-	-	-	-	-	58.476
Edificações	10.167	-	-	(598)	-	-	9.569
Máquinas, equipamentos e instalações	6.808	1.536	8	(1.119)	-	-	7.233
Móveis e utensílios	536	422	1	(124)	-	-	835
Computadores	1.480	116	3	(648)	-	-	951
Veículos	-	-	-	-	-	-	-
Benfeitorias	591	-	-	(40)	3	-	554
Máquinas, tratores e similares	182	-	-	(68)	-	-	114
	78.240	2.074	14	(2.599)	3	-	77.732

	2019	Adições	Baixas	Depreciação	Crédito		2020
					fiscal	Transferências	
Terrenos	58.476	-	-	-	-	-	58.476
Edificações	10.886	-	-	(719)	-	-	10.167
Máquinas, equipamentos e instalações	7.074	994	-	(1.260)	-	-	6.808
Móveis e utensílios	608	82	-	(154)	-	-	536
Computadores	2.216	42	-	(778)	-	-	1.480
Veículos	10	-	-	(10)	-	-	-
Benfeitorias	635	-	-	(48)	4	-	591
Máquinas, tratores e similares	284	-	-	(102)	-	-	182
	80.189	1.118	-	(3.071)	4	-	78.240

 a) Ativos dados em garantia

A Companhia não possui ativos imobilizados dados como garantia em operações realizadas com terceiros.

 b) Imóveis pendentes de regularização

Conforme apresentado no laudo de avaliação dos peritos (exercício-base 2005), a Companhia possui a posse de 581 imóveis, no valor de R\$115.583 e de 85 terrenos no valor de R\$55.803, pendentes de legalização. Somente quando da regularização desses imóveis é que tais ativos serão reconhecidos contabilmente pela Companhia.

c) A depreciação acima não está apresentada com os efeitos de redução ocorridos através do benefício de recuperação de créditos fiscais de Pasp e Cofins baseados nas Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003.

12. Empréstimos e financiamentos

	2021	2020	Vencimento	Taxa
Debêntures - quinta emissão (a)	45.939	58.794	2025	1ª Série: TJLP + 2,75% a.a. 2ª Série Selic + 2,75% a.a.
Financiamento - CCB FGTS 1ª Tranche (b)	393.811	406.665	2038	8,5% + TR a.a.
Financiamento - CCB FGTS 2ª Tranche (b)	28.556	29.478	2039	8,5% + TR a.a.
Financiamento - CCB FGTS 3ª Tranche (b)	3.092	3.092	2041	8,7% + TR a.a.
	471.398	498.029		

	2021	2020
Circulante	48.580	56.745
Não circulante	422.818	441.284
	471.398	498.029

Os empréstimos e financiamentos junto à Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES") foram captados para aplicação em ampliação de redes de águas e esgotos sanitários, como também para ampliação de estações de tratamento, incidindo sobre eles as taxas de juros demonstradas acima. Os referidos empréstimos e financiamentos não apresentam cláusulas restritivas e garantias, exceto o que for expressamente ressalvado em nota explicativa.

A movimentação dos empréstimos é dada como segue:

grande porte e assentados 95 quilômetros de adutora para abastecer os reservatórios e outros 760 quilômetros de tronco e redes distribuidoras, além da instalação de dezenas de milhares de novas ligações domiciliares.

No momento, todas as tranches estão na fase de desembolso. O prazo para o desembolso dos recursos é de 48 meses da data da assinatura das referidas cédulas, sendo permitida a sua prorrogação.

O Financiamento (CCB n.º 433.257-52 - 1ª tranche) possui carência de 48 meses, encerrados em 20 de janeiro de 2019. A amortização está sendo feita por meio de 240 parcelas mensais, sendo a primeira amortização com vencimento em 15 de fevereiro de 2019. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo constituído deste financiamento era de R\$393.811 (R\$406.665 em 2020). Os juros remuneratórios desta CCB são de TR + 8,5% a.a.

A 2ª tranche (CCB n.º 441.050-71) também apresenta carência de 48 meses com juros remuneratórios de TR + 8,5% a.a. A amortização está sendo feita por meio de 240 parcelas mensais, sendo a primeira amortização com vencimento em 15 de janeiro de 2020. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo constituído deste financiamento era de R\$28.556 (R\$29.478 em 2020).

A 3ª tranche (CCB n.º 441.054-75) também apresenta carência de 48 meses com juros remuneratórios de TR + 8,7% a.a. A amortização será feita por meio de 240 parcelas mensais, sendo a primeira amortização com vencimento em 15 de julho de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo constituído deste financiamento era de R\$3.092 (R\$3.092 em 2020).

13. Tributos a recuperar e a recolher

	2021	2020
Tributos a recuperar		
Imposto de renda e contribuição social (i)	98.160	65.312
	98.160	65.312
Impostos, taxas e contribuições a recolher		
IRPJ e CSLL (ii)	15.328	25.922
Pasep e Cofins a recolher (iii)	15.686	22.137
ISS a recolher	1.148	1.118
	32.162	49.177

- (i) Refere-se a valores recolhidos de antecipação de IRPJ que se recupera devido à Imunidade Tributária conforme ACO n.º 2.757/RJ, e CSLL e IRPJ retidos na fonte conforme Lei n.º 9.430/96, conforme divulgado na Nota 16.
- (ii) Refere-se basicamente ao IRRF s/ folha de pagamento, com vencimento em 20/01/2022.
- (iii) Refere-se a valores provisionados da competência de dezembro de 2021, com vencimento em 25 de 01 de 2022.

14. Parcelamentos tributários

	2021	2020
Refis IV (a)	103.256	131.895
Refis da Copa (b)	57.199	62.822
	160.455	194.717
Circulante	45.925	41.580
Não circulante	114.530	153.137
	160.455	194.717

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava em cumprimento com todas as condições exigidas para sua manutenção nos parcelamentos tributários. As parcelas que vencerão a longo prazo possuem o seguinte cronograma de pagamentos:

Ano de vencimento	
2023	42.858
2024	36.977
2025 em diante	34.695
	114.530

Em julho de 2003, a Administração da Companhia optou pela adesão ao Parcelamento Especial ("Paes") instituído pela Lei Federal n.º 10.684/2003 e, em 28 de dezembro de 2006, aderiu ao Parcelamento Excepcional ("Paex") instituído pela Medida Provisória n.º 303/2006. Parte dos saldos desses dois programas pertencentes à Receita Federal do Brasil (RFB), Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN") e INSS foram incluídos em 30 de junho de 2011 no parcelamento Programa de Recuperação Fiscal IV ("Refis IV").

(a) Refis IV
Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Parcelamento - Refis IV instituído pela Lei Federal n.º 11.941/2009, visando equalizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento mais vantajoso para seus débitos de obrigações fiscais e previdenciárias.

Quando da opção pelo referido programa, a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil (RFB) a inclusão da totalidade dos débitos em aberto constantes da conta corrente junto à instituição, além da migração dos saldos a pagar remanescentes dos programas Paes e Paex, permanecendo os débitos junto ao Serviço Social da Indústria ("Sesi") e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial ("Senai") no parcelamento anterior.

O parcelamento do Refis IV está subdividido em débitos junto à Receita Federal do Brasil (RFB), PGFN e INSS, bem como os saldos dos programas Paes e Paex.

O parcelamento foi homologado em 180 parcelas mensais, atualizadas pela Selic, com término previsto para outubro de 2024. Os pagamentos estão regulares com a quitação da parcela de dezembro de 2021 no valor de R\$2.919.917,79, correspondente a 146ª parcela.

	2021	2020
Principal		
Valor da adesão (principal)	281.340	281.340
Juros	177.150	174.654
Amortizações	(355.234)	(324.099)
	103.256	131.895

(b) Refis da Copa

Em agosto de 2014, com o advento da Lei Federal n.º 12.996/2014 ("Refis da Copa"), que possibilitou a inclusão de novos débitos no Refis, a Companhia, por ser mais vantajoso em vista da anistia de juros e multas, desistiu do parcelamento ordinário e incluiu o saldo remanescente no Refis da Copa que apresenta o seguinte saldo devedor:

	2021	2020
Saldo remanescente do parcelamento ordinário	122.230	122.230
Juros	6.511	6.511
Amortizações	(27.368)	(27.368)
	101.373	101.373
Redução por anistia de juros e multas	(14.617)	(14.617)
Principal do Refis da Copa	86.756	86.756
Juros	34.349	32.712
Amortização	(63.906)	(56.646)
	57.199	62.822

15. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências
a) Depósitos e bloqueios judiciais

A composição dos depósitos e bloqueios judiciais está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Trabalhistas	866.116	857.156
Cíveis (i)	1.153.385	863.708
Tributárias (ii)	65.909	122.994
	2.085.410	1.843.858

(i) Os depósitos cíveis mais expressivos neste exercício são 0004313-64.2021.8.19.0001 e 64.2021.8.19.0001 de autoria da Construtora Queiroz Galvão S.A. nos valores de R\$ 83.219 e 82.173, respectivamente, e 0049373-60.2021.8.19.0001 Consórcio Passarelli no valor de R\$ 49.424.

(ii) Os depósitos tributários sofreram redução face acordo para levantamento dos valores depositados no processo judicial 0302786-43.2017.8.19.0001 Agenersa.

b) Provisão para contingências

A Administração da Companhia, embasada nas informações remetidas pelos seus assessores internos, externos e nas análises das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis com as ações em curso, como segue:

	2021	2020
Cíveis (i)	2.484.497	1.897.458
Trabalhistas (ii)	773.943	721.629
Tributárias (iii)	78.976	210.410
	3.337.416	2.829.497

A movimentação das provisões relativas ao exercício de 2021 e 2020 está apresentada como segue:

Natureza da contingência	2020	Constituições (*)	Reversões (*)	Pagamentos	2021
Cíveis	1.897.458	1.215.336	(439.462)	(188.835)	2.484.497
Trabalhistas	721.629	201.685	(36.288)	(113.083)	773.943
Tributárias	210.410	70.437	(201.871)	-	78.976
	2.829.497	1.487.458	(677.621)	(301.918)	3.337.416
Natureza da contingência	2019	Constituições (*)	Reversões (*)	Pagamentos	2020
Cíveis	1.579.565	841.753	(336.708)	(187.152)	1.897.458
Trabalhistas	569.674	287.443	(45.750)	(89.738)	721.629
Tributárias	210.446	5.079	(5.006)	(109)	210.410
	2.359.685	1.134.275	(387.464)	(276.999)	2.829.497

(*) Contém atualização monetária.

As constituições e reversões ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 apresentam o valor líquido de R\$809.837 (R\$746.811 em 2020) e tem como contrapartida a conta de "Provisão para contingências" e "Passivos fiscais" na linha de "Outras receitas operacionais" (Nota 24).

Os objetos das causas classificadas como de perda provável, segregados por natureza, estão informados abaixo:

(i) Ações cíveis

	2021	2020
Juizados Especiais Cíveis		
Questionamentos de cobrança	984	1.728
Demais ações	1.739	2.728
Desabastecimento	907	2.049
Área de Planejamento 5 - ("AP5")	29	13
Total dos Juizados Especiais Cíveis	3.659	6.518

	2021	2020
Juizados de Fazenda Pública		
Desconstituição da tarifa diferenciada/progressiva/mínima (b)	1.070.687	913.358
Desconstituição da tarifa de esgoto (a)	530.437	390.496
Demais ações	262.998	331.210
Descumprimentos de contratos	290.595	68.983
Cobranças indevidas	275.146	151.452
Acidentes vazamentos/bueiro	31.561	22.278
Licitação	1.480	1.000
Cortes indevidos	17.934	12.163
Total de Varas Cíveis e de Fazenda Pública	2.480.838	1.890.940
Total das ações cíveis	2.484.497	1.897.458

(a) A Companhia realiza constantes revisões nos critérios de provisionamento, de forma que revelem valores mais apurados. Nesse contexto, em relação a diversos objetos de demandas judiciais repetitivas e que envolvam questões fáticas similares, foram atualizados os valores médios de condenações para fins de provisionamento, de modo a adotar critério que demonstre, tanto quanto possível, o quantitativo de futuras condenações. Também foram atualizadas as provisões naqueles processos em fase de execução, de forma a demonstrar o efetivo valor da condenação. Desses procedimentos decorreu o aumento nos valores da contingência.

(b) A Companhia utiliza o valor histórico das condenações para atribuição do valor da contingência, realizando revisões periodicamente, de forma que os valores apurados demonstrem provisionamentos bem próximos da realidade. Nesse contexto, em relação aos objetos de demandas judiciais repetitivas e que envolvem questões fáticas similares, em que a utilização de uma única média para todos os tipos de demandantes (pessoas físicas, jurídicas ou condomínios) se mostrou inadequada, apuraram-se valores distintos por categoria de demandante.

(c) As ações cíveis denominadas "Cobranças indevidas" contemplam reclamações envolvendo consumo/faturamento elevado, estimativa e outros, que tiveram processos envolvendo valores de execução expressiva, aumentando o provisionamento no objeto em questão.

(d) Rubrica "Descumprimento de contratos" sofreu expressiva elevação em função dos processos judiciais movidos pela Construtora Queiroz Galvão 0117367-33.2006.8.19.0001 e Consórcio Operação Contínua 0162408-37.2017.8.19.0001 em status de execução, impactando fortemente o provisionamento das causas cíveis em 2021.

(ii) Ações trabalhistas

	2021	2020
Desvio de função	109.373	110.517
Incremento salarial	195.548	187.019
Progressão horizontal	105.538	103.834
Horas extras	122.623	106.231
Demais ações	141.378	124.490
Reintegração/reintegração aposentado	36.046	36.179
Retenção salarial	21.127	22.908
Equiparação/diferenças salariais	23.709	13.883
Enquadramento e reenquadramento	18.601	16.568
	773.943	721.629

(iii) Ações tributárias

As contingências de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionada em virtude da divergência de interpretação da legislação por parte dos assessores legais da Companhia, tendo como o objeto mais relevante o auto de infração.

Em 4 de dezembro de 2012, a Companhia recebeu um auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), questionando a tomada de créditos de PIS e COFINS na apuração dos tributos referentes ao período-base de 2008 a 2010, no total de R\$239.515 com aplicação de multa e juros, dando origem ao Processo Administrativo Fiscal n.º 16682.721140/2012-75 (MPF 07185002011007820).

Cabe destacar que a matéria de fundo discutida nos autos (conceito de insumos para fins do creditamento das contribuições do PIS e da Cofins) hoje se encontra pacificada no âmbito da jurisprudência nacional em face do julgado do RESP 1.221.170/PR submetido à sistemática de Recursos Repetitivos e de observância obrigatória no âmbito do CARF, conforme artigo 62, § 2º do RUI/CARF - "Art. 62. Fica vedado aos membros das turmas de julgamento do CARF afastar a aplicação ou deixar de observar tratado, acordo internacional, lei ou decreto, sob fundamento de inconstitucionalidade. (...)".

Consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos sobre a classificação das chances de perda relativamente ao Processo Administrativo n.º 16682.721140/2012-75 (PIS/Cofins - MPF 07.1.85.00- 2011-00782-0), a Companhia decidiu por reverter a provisão no valor de R\$193.556. O referido processo no atual exercício, encontra-se classificado como probabilidade de perda "Possível".

c) Causas possíveis

Em 31 de dezembro de 2021, as causas classificadas como possíveis totalizam R\$1.639.829 (R\$1.200.737 em 2020), sendo R\$368.257 de ações trabalhistas, R\$455.612 de ações cíveis e R\$815.960 de ações tributárias (R\$399.979, R\$441.939 e R\$358.819, respectivamente, em 2020). As principais causas possíveis estão abaixo elencadas:

	2021	2020
Riscos trabalhistas		
Desvio de função	122.007	151.814
Progressão horizontal por antiguidade	26.033	33.050
Reintegração	39.739	26.519
Enquadramento	4.632	7.052
Isonomia salarial	2.455	3.473
	194.866	221.908
Riscos cíveis		
Esgoto	120.018	138.785
Cobrança indevida	21.586	13.160
Contratos	115.767	101.850
Posse de imóvel	555	570
	257.926	254.365
Riscos tributários		
Pasep e COFINS	533.301	213.759
IRPJ e CSLL	218	56.346
	533.519	270.105

Conforme as decisões do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro em diferentes procedimentos administrativos, a Companhia poderá vir a ser titular de créditos (ativo contingente) que atinjam o montante de R\$36.731 em 31 de dezembro de 2021 (R\$36.731 em 31 de dezembro de 2020), referente a decisões que determinaram a devolução de valores pagos em razão de contratos celebrados mediante declaração de dispensa ou inexigibilidade de licitação. Tais valores não estão registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, visto que não existem certezas em relação à realização desses montantes, uma vez que o processo não transitou em julgado a favor da Companhia.

c.1) Correção dos passivos trabalhistas pelo IPCA

(I) Atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e a correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho deverão observar a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a incidência da taxa SELIC

(II) Serão considerados válidos os pagamentos já realizados com a utilização da TR (ou IPCA-E ou qualquer outro índice), não ensejando qualquer rediscussão;

(III) Serão mantidas e executadas todas as decisões transitadas e julgadas que adotaram em sua fundamentação a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1%, não cabendo discussão sobre o índice à luz do novo entendimento firmado pelo STF;

(IV) Os processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento (ainda sem decisão ou em fase recursal) devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa SELIC (juros e correção monetária).

O índice a ser aplicado na atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e na correção dos depósitos recursais na Justiça do Trabalho é objeto de questionamento judicial há alguns anos. Vale tecer um breve histórico acerca da questão, senão vejamos:

Em 14 de agosto de 2015, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) afastou o uso da Taxa Referencial Diária (TRD) e determinou a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E). Entendeu-se que dispositivo da lei da desindexação da economia (Lei n.º 8.177/1991) que determinava a atualização dos valores devidos na Justiça do trabalho pela taxa referencial seria inconstitucional, pois não preservava o real valor dos créditos trabalhistas.

Contudo, em decisão publicada no dia 16 de outubro de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) deferiu liminar para suspender os efeitos de decisão proferida pelo TST que determinou a substituição dos índices de correção monetária aplicada aos débitos trabalhistas de forma automática e *erga omnes* (para todos). O STF entendeu que o TST extrapolara a sua competência ao determinar a utilização do IPCA-E abstratamente em toda a Justiça do Trabalho, de forma obrigatória.

A referida Reclamação foi julgada improcedente, sendo que antes mesmo de seu trânsito em julgado, ocorrido em 17 de agosto de 2018, foi distribuída a Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 5867, questionando a constitucionalidade da expressão "com os mesmos índices de poupança" contida no § 4º do art. 899, da CLT "(O depósito recursal será feito em conta vinculada ao juízo e corrigido com os mesmos índices da poupança)".

Após esta ação, seguiram-se outras três ações perante o STF, quais sejam, Ação Direta de Constitucionalidade n.ºs 58 e 59 e Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 6021, que também questionaram o índice a ser aplicado na correção de débitos trabalhistas. No dia 1º de julho de 2020, foi determinada a suspensão do julgamento de todos os processos em curso no âmbito da Justiça do Trabalho que envolvessem a aplicação dos artigos arts. 879, §7, e 899, § 4º, da CLT, com a redação dada pela Lei n.º 13.467/2017, e o art. 39, caput e § 1º, da Lei 8.177/91.

No dia 18 de dezembro de 2020, em julgamento conjunto destas ações, o STF, por maioria, declarou "(...) parcialmente procedente a ação, para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 879, § 7º, e ao art. 899, § 4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467 de 2017, no sentido de considerar que à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho deverão ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros que vigentes para as condenações cíveis em geral, quais sejam a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a incidência da taxa SELIC (...)".

Em contrapartida, também por maioria, o STF modulou os efeitos da decisão "(...) ao entendimento de que (i) são reputados válidos e não ensejarão qualquer rediscussão (na ação em curso ou em nova demanda, incluindo ação rescisória) todos os pagamentos realizados utilizando a TR (IPCA-E ou qualquer outro índice), no tempo e modo oportunos (de forma extrajudicial ou judicial, inclusive depósitos judiciais) e os juros de mora de 1% ao mês, assim como devem ser mantidas e executadas as sentenças transitadas em julgado que expressamente adotaram, na sua fundamentação ou no dispositivo, a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1% ao mês; (ii) os processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento (independentemente de estarem com ou sem sentença, inclusive na fase recursal) devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa Selic (juros e correção monetária), sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF (art. 525, §§ 12 e 14, ou art. 535, §§ 5º e 7º, do CPC) e (iii) igualmente, ao acordão formalizado pelo Supremo sobre a questão dever-se-á aplicar eficácia erga omnes e efeito vinculante, no sentido de atingir aqueles feitos já transitados em julgado desde que sem qualquer manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros (...)".

16. Contribuição social corrente e diferida

	2021	2020
Impostos diferidos passivos		
Ativo intangível - CSLL (Nota 10.vii)	483.081	497.080
Depósitos judiciais - CSLL	59.942	55.100
	543.023	552.180
Impostos diferidos ativos		
Provisões para contingências - CSLL	(285.908)	(239.946)
Perda atuarial - CSLL	(299.641)	(335.409)
Perda PECLD - CSLL		

	(Ganho) perda atuarial	Diferenças temporárias	Diferença temporária sobre reavaliação	Depósitos judiciais	Outras perdas	Total
Em 1º de janeiro de 2020	339.878	201.663	(513.877)	(45.573)	36.921	19.012
Perda atuarial	(4.469)	-	-	-	-	(4.469)
Provisão para contingências	-	38.283	-	-	-	38.283
Depósitos e bloqueios judiciais	-	-	-	(9.527)	-	(9.527)
Ativo intangível	-	-	16.797	-	-	16.797
Outras perdas	-	-	-	-	34.874	34.874
Em 31 de dezembro de 2020	335.409	239.946	(497.080)	(55.100)	71.795	94.970

a) Reconciliação da despesa da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)

A reconciliação entre a despesa da contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social	46.533	(259.390)
Alíquota nominal da contribuição social - %	9%	9%
Contribuição social às alíquotas vigentes	(4.188)	23.345
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Cancelamento de contas	(9.103)	(11.144)
Outros	(6.106)	39
Contribuição social no resultado do exercício	(19.397)	12.240
Contribuição social corrente	(73.091)	(75.135)
Contribuição social diferido	53.694	87.375
Contribuição social no resultado do exercício	(19.397)	12.240

b) Imunidade Tributária sobre impostos federais "Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ"

Como reflexo da decisão, foram revertidos todos os ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ sendo também baixados os impostos a recuperar e a recolher em aberto até a data da obtenção da imunidade.

A CEDAE efetuou o pedido de restituição administrativa, junto à Receita Federal do Brasil, dos impostos federais recolhidos nos 5 (cinco) anos anteriores à propositura da ACO 2757, bem como durante o trâmite da ação, no valor de R\$2.745.167 (Dois Bilhões e Setecentos e Quarenta e Cinco Milhões e Cento e Sessenta e Sete Mil) atualizados pela SELIC. Esse montante não está registrado nas demonstrações financeiras, uma vez que sua realização depende de eventos futuros (resultado de processos judiciais) que não estão integralmente no controle da Companhia. Esse crédito será reconhecido contabilmente pela CEDAE somente quando forem cumpridas todas as etapas legais e judiciais aplicáveis à sua realização e quando tal realização puder ser considerada praticamente certa.

Destacamos que no próximo reajuste tarifário o reflexo da imunidade tributária impactará diretamente o cálculo da tarifa, pois sua estrutura tarifária é constituída pelos investimentos da Companhia, seus custos operacionais e seus impostos e encargos.

c) Mudança da forma de Tributação do PIS e da COFINS de Não Cumulativa para Cumulativa - Processo nº 0031167-36.2018.4.02.5101 em razão da "Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ"

A CEDAE peticionou junto à Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro ação de mudança da forma de tributação do PIS e da COFINS para Cumulativa e também solicitou a repetição de indébito Tributário solicitando devolução de valores, uma vez que foi reconhecida a imunidade tributária de R\$1.223.802 (Hum Bilhão e Duzentos e Vinte e Três Milhões e Oitocentos e Dois Mil) atualizados pela SELIC. Esse montante não está registrado nas demonstrações financeiras, uma vez que sua realização depende de eventos futuros (resultado de processos judiciais) que não estão integralmente no controle da Companhia. Esse crédito será reconhecido contabilmente pela CEDAE somente quando forem cumpridas todas as etapas legais e judiciais aplicáveis à sua realização e quando tal realização puder ser considerada praticamente correta.

17. Outras contas a pagar

	2021	2020
Provisão para licença prêmio (a)	24.947	97.722
Outras obrigações financeiras (b)	5.814	7.863
Pasep e COFINS (c)	28.675	32.176
Outras contas a pagar	10.151	9.230
	69.587	146.991

(a) Conforme disposto no Acordo Coletivo de Trabalho, assinado em 1º de setembro de 2016, referente ao período de 2016 a 2018, a licença-prêmio de três meses para cada cinco anos de serviços prestados é um benefício adquirido pelos empregados que tenham sido admitidos até de 2001 pela Companhia. A partir de 1º de janeiro de 2009, não serão computados novos períodos de licença-prêmio, e para aqueles empregados que não tenham cinco anos completos a licença será computada de forma proporcional. Esse valor é atualizado mensalmente considerando os períodos de direitos adquiridos completos, sendo R\$22.439 em dezembro de 2021 (R\$53.538 em 2020) registrados no passivo circulante (no grupo de contas de provisões de encargos trabalhistas) e R\$24.947 no passivo não circulante (R\$97.722 em 2020).

(b) Trata-se de acordo firmado entre a CEDAE e os Consórcios: Módulo, Acqua-Rio e Operação Contínua, relativo ao reajustamento de contratos firmados entre as Companhias, cujo saldo será amortizado em até 60 (sessenta) meses.

(c) Refere-se PASEP e COFINS diferidos sobre as contas faturadas de água e esgoto para órgãos públicos.

18. Passivo atuarial

A Prece - Previdência Complementar ("Prece") e a Cedae Saúde foram instituídas pela CEDAE como política de recursos humanos na forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e com autonomia administrativa e financeira, com o objetivo de complementar os benefícios previdenciários e de assistência médica de seus funcionários, respectivamente. Na condição de patrocinadora, juntamente com seus empregados participantes, a CEDAE contribui mensalmente com o montante equivalente a 100% da contribuição base dos contribuintes ativos para a Prece e com 6% da folha de pagamento para a Cedae Saúde. A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é a seguinte:

	2021	2020
Plano de previdência complementar - Prece (a)	13.992	64.409
Dívida Prece	665.454	655.883
	679.446	720.292
Plano de assistência médica - Cedae Saúde (b)	2.131.924	2.471.717
Prêmio aposentadoria (c)	30.623	47.206
	2.162.547	2.518.923
	2.841.993	3.239.215
Circulante	81.032	74.469
Não circulante	2.760.961	3.164.746
	2.841.993	3.239.215

(a) Prece
 A Prece administra os planos de benefícios previdenciários Prece I, Prece II, Prece III e Prece CV, sendo os planos Prece I, Prece II e parcela dos optantes pela renda vitalícia que optaram pelo Prece CV estão estruturados na modalidade de benefício definido e na modalidade contribuição definida os Planos Prece III e Prece CV (demais optantes). A quantidade de participantes por plano em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Participantes	2021		
	Ativos	Pensão	Aposentadoria
Prece I	214	1.473	949
Prece II	191	449	139
Prece III	378	-	-
Prece CV	1.605	1.420	799
Participantes	2020		
	Ativos	Pensão	Aposentadoria
Prece I	252	1.400	1.025
Prece II	228	443	155
Prece III	379	-	-
Prece CV	1.751	1.504	863

Plano Prece I

O Plano Prece I está determinado na modalidade benefício definido para os funcionários e diretores das patrocinadoras (Cedae Saúde, Prece e CEDAE), garantindo um benefício na aposentadoria cujo valor é 70% da diferença entre a pensão do INSS e a média dos 36 últimos salários, respeitando o salário limite expresso no regulamento.

Para a aposentadoria por tempo de contribuição é necessário 15 anos de filiação à Prece, 55 anos de idade e estar aposentado pela previdência oficial do INSS.

O plano garante aos participantes o benefício mínimo de 20% do salário, possuindo benefícios de risco de morte e invalidez permanente, podendo incluir como dependentes os mesmos beneficiários do INSS, e filhos até 21 anos de idade.

Este plano está fechado para novas adesões.

Em 31 de dezembro de 2010, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC") aprovou o equacionamento do déficit do Plano Prece I (Análise Técnica nº 488/ CGTA/DITEC/PREVIC), da seguinte forma:

- Criação de contribuição extraordinária de 4,3 vezes a contribuição normal dos participantes (ativos e aposentados), de modo a proporcionar o equilíbrio do plano.
- Alteração dos regulamentos dos planos Prece I e Prece II, ambos na modalidade de benefício definido, de modo a facultar o saldamento.
- Possibilidade de migração, com incentivo de participantes ativos (que optarem pelo saldamento), aposentados e pensionistas para um novo plano "Plano Prece Contribuição Variável - CV".

Como reflexo desse processo, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2010 um ganho de R\$559.081 no resultado de 2010 e que foi apurado através de cálculos atuariais efetuados pelos atuários independentes contratados pela Companhia, sendo o risco exclusivamente da redução do passivo atuarial da Companhia compensado pelo aumento da contribuição dos participantes.

Em 29 de maio de 2011, foi encerrado o período de migração dos planos de benefício definido para o novo plano de contribuição variável, com o resultado de 7.312 migrantes, representando 62,9% de optantes sendo 3.136 ativos, 2.603 aposentados e 1.573 pensionistas.

Em junho de 2011, a Prece e a CEDAE foram notificadas da ação ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro e Região - SINTSAM (SINTSAM), para suspender a cobrança da contribuição extraordinária e, dessa forma, encontra-se suspensa a cobrança das contribuições extraordinárias empregados remanescentes no Plano Prece I.

Como resultado da ação mencionada, a Companhia estendeu o período migratório até outubro de 2011.

Adicionalmente, para os participantes que optaram pela migração, a Companhia pagará a título de incentivo o montante equivalente ao déficit acumulado do serviço passado. O valor dos incentivos totais oferecidos pela Companhia compreendeu R\$607.015, cujo contrato financeiro foi firmado em 15 de dezembro de 2011, prevendo o pagamento em 73 parcelas mensais, tendo o ocorrido o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2012. A correção do saldo devedor é de 6% ao ano, acrescido de INPC até a data do efetivo pagamento.

Em garantia ao pagamento mencionado, a CEDAE ofereceu os recebíveis decorrentes da prestação de serviços de água e esgoto, exceto aos usuários localizados nos Municípios do Rio de Janeiro, Belford Roxo, São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu.

A Companhia utiliza como uma das premissas para mensuração do passivo atuarial, as contribuições extraordinárias de 4,3 vezes a contribuição normal dos participantes (ativos e aposentados). As contribuições extraordinárias foram aprovadas pela PREVIC como parte do processo de equacionamento do déficit do Plano Prece I e encontram-se suspensas desde julho de 2011 em função de determinação judicial. A Companhia entrou com recurso contestando a referida decisão, no entanto, até a presente data, não houve decisão do mérito.

Em 2014, a PREVIC, como resultado da fiscalização das contas da Prece, determinou que a entidade de previdência efetuasse a provisão das contribuições extraordinárias não recebidas dos participantes e da patrocinadora. A Companhia manteve no passivo não circulante o valor de R\$177.310, que corresponde à parcela sob sua responsabilidade com relação às contribuições

extraordinárias em 31 de dezembro de 2017. No exercício de 2018 houve decisão do mérito favorável a Companhia, tendo a PRECE revertido a provisão das contribuições extraordinárias não recebidas dos participantes e da patrocinadora, sendo que o valor das contribuições sob sua responsabilidade já se encontram incorporadas no passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2021 não foram constituídas provisões atuariais, pois o saldo demonstrado no laudo atuarial conforme disposto no CPC 33 R1 (R\$312.907) está menor que os valores contabilizados nos contratos financeiros existentes entre a Companhia e a PRECE (R\$468.071).

Plano Prece II

Esse plano de benefício definido possui todas as regras idênticas ao plano Prece I e foi criado para complementar a renda do Prece I, ultrapassando o teto seu limite. Esse plano também foi equacionado nos moldes descritos no item anterior e está fechado para novas adesões.

Plano Prece CV

O plano Prece CV está estruturado na modalidade de contribuição variável e abrange os participantes que migraram dos planos de origem (Prece I e Prece II), e tem como patrocinadoras a CEDAE, Cedae Saúde e a Prece. Os participantes podem optar pelas modalidades de recebimento do benefício: renda vitalícia, renda por prazo determinado não inferior a 10 anos, e renda por prazo indeterminado com ou sem reversão em pensão.

Nesse plano o participante possui uma conta individual (exceto a modalidade Renda Vitalícia), cujo saldo total servirá para apuração dos benefícios no momento da aposentadoria.

O participante que migrou com opção pela Renda Vitalícia mantém o mesmo rol de dependentes do plano de origem. O participante optante pela Renda Indeterminada com Pensão pode inscrever-se como dependente a pessoa que guarde relação de dependência, observado os mesmos requisitos estabelecidos para o INSS.

Em caso de desligamento, o beneficiário pode resgatar o valor registrado em sua conta pessoal acrescido do montante de 0,25% por mês da conta Patronal.

Este plano está fechado para novas adesões.

Plano Prece III

Criado para abranger os empregados admitidos a partir de 2006, que não possuem os outros dois planos de benefícios, sendo estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD) com benefício de risco para morte e invalidez. Esse plano é exclusivo para os funcionários da CEDAE.

Nesse tipo de plano o participante possui uma conta individual cujo saldo total servirá para apuração dos benefícios no momento da aposentadoria.

O participante poderá incluir como dependente os mesmos beneficiários reconhecidos pelo INSS, além de filhos com até 24 anos que estejam cursando o nível superior e para a aposentadoria por tempo de contribuição é necessário um mínimo de 10 anos de vinculação ao plano, 55 anos de idade e término do vínculo empregatício com a Companhia.

Inexiste joia, taxa de inscrição ou regresso, nem limitação máxima para o salário participação.

Em caso de desligamento, o beneficiário pode resgatar o valor registrado em sua conta pessoal acrescido do montante de 0,25% por mês da conta Patronal, desde que o número de meses seja superior a 30.

(b) Caixa de Assistência aos Servidores - Cedae Saúde

A Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE - Cedae Saúde administra o plano assistencial destinado aos empregados da CEDAE, Prece, Cedae Saúde e seus dependentes dos exercícios de 2021 e 2020.

Participantes	2021	
	Ativos	Assistidos
Plano Assistencial Cedae Saúde	2.906	11.246
Participantes	2020	
	Ativos	Assistidos
Plano Assistencial Cedae Saúde	4.580	9.160

O Estatuto da Prece e o Regulamento do Plano Cedae Saúde estão adaptados à legislação vigente.

(c) Prêmio de aposentadoria

Em 31 de dezembro de 2021, o prêmio de aposentadoria da CEDAE possui 2.524 participantes (2.865 em 2020) (Nota 2.14.a.4).

As contribuições da Companhia para o fundo totalizaram

	2021	2020
Plano de benefícios (Prece)	185.218	120.510
Plano de assistência (Cedae Saúde)	147.123	162.489
Prêmio aposentadoria	23.158	14.537
	355.499	297.536

A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

	2021	2020
Valor presente da obrigação de benefício definido	3.514.959	4.032.319
Valor justo dos ativos do plano	(828.130)	(793.104)
Passivo atuarial líquido	2.686.829	3.239.215

A reconciliação dos ativos e passivos (valores negativos) líquidos pode ser assim demonstrada:

	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	Cedae Saúde	Prêmio de Aposentadoria	Total
Em 1º de janeiro de 2020	(295.680)	(63.928)	-	(268.478)	(2.510.426)	(47.189)	(3.185.701)
Custo do serviço corrente	194	-	(98)	(64)	(24.922)	(1.793)	(26.683)
Custo com juros	(24.764)	(8.804)	(26)	(62.134)	(178.179)	(2.478)	(276.385)
Rendimentos esperados dos ativos	3.268	4.156	90	46.266	-	-	53.780
Contribuições da patrocinadora	35.112	12.871	103	72.424	162.489	14.537	297.536
Ganhos (perdas) atuariais, líquidas	(68.159)	(17.354)	(69)	(85.218)	79.321	(10.283)	(101.762)
Em 31 de dezembro de 2020	(350.029)	(73.059)	-	(297.204)	(2.471.717)	(47.206)	(3.239.215)
Custo do serviço corrente	169	-	(121)	(44)	(22.528)	(1.772)	(24.296)
Custo com juros	(23.941)	(8.417)	(30)	(57.826)	(171.327)	(2.444)	(263.985)
Rendimentos esperados dos ativos	1.714	3.858	100	39.453	-	-	45.125
Contribuições da patrocinadora	37.512	16.162	112	6.685	147.123	23.158	230.752
Ganhos (perdas) atuariais, líquidas	21.668	196	(61)	158.821	386.525	(2.359)	564.790
Em 31 de dezembro de 2021	(312.907)	(61.260)	-	(150.115)	(2.131.924)	(30.623)	(2.686.829)

A movimentação das obrigações de benefícios pós-emprego durante os exercícios de 2021 e 2020 é demonstrada a seguir:

	Plano de benefício	Plano de assistência médica	Prêmio de aposentadoria	Total
Em 1º de janeiro de 2020	1.459.923	2.510.426	47.189	4.017.538
Custo do serviço corrente	(31)	24.921	1.793	26.683
Juros sobre obrigações atuariais	95.728	178.179	2.478	276.385
Reconhecimento de ganhos (perdas) atuariais, líquidos	105.429	(79.320)	10.283	36.392
Contribuições dos participantes	51.143	-	-	51.143
Benefícios pagos	(198.796)	(162.489)	(14.537)	(375.822)
Em 31 de dezembro de 2020	1.513.396	2.471.717	47.206	4.032.319
Custo do serviço corrente	(4)	22.528	1.772	24.296
Juros sobre obrigações atuariais	90.214	171.327	2.444	263.985
Reconhecimento de ganhos (perdas) atuariais, líquidos	(125.415)	(386.525)	2.359	(509.581)
Contribuições dos participantes	59.439	-	-	59.439
Benefícios pagos	(185.218)	(147.123)	(23.158)	(355.499)
Em 31 de dezembro de 2021	1.352.412	2.131.924	30.623	3.514.959

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios no exercício apresentado é a seguinte:

	Plano de benefício	Plano de assistência médica	Prêmio de aposentadoria	Total
Em 1º de janeiro de 2020	831.837	-	-	831.837
Rendimento esperado dos ativos	53.780	-	-	53.780
Ganho atuarial dos ativos do plano	(65.370)	-	-	(65.370)
Contribuições da patrocinadora	297.536	-	-	297.536
Contribuições dos participantes	51.143	-	-	51.143
Benefícios pagos	(375.822)	-	-	(375.822)
Em 31 de dezembro de 2020	793.104	-	-	793.104
Rendimento esperado dos ativos	45.125	-	-	45.125
Ganho atuarial dos ativos do plano	55.209	-	-	55.209
Contribuições da patrocinadora	60.471	-	-	60.471
Contribuições dos participantes	59.439	-	-	59.439
Benefícios pagos	(185.218)	-	-	(185.218)
Em 31 de dezembro de 2021	828.130	-	-	828.130

A composição dos ativos dos planos é como segue:

	Prece I	Prece II	Prece CV
Renda variável	30,25%	28,19%	24,85%
Renda fixa	40,98%	44,51%	61,67%
Imóveis	21,33%	17,12%	6,82%
Caixa e equivalentes de caixa	0,00%	0,00%	0,00%
Derivativos	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	7,44%	10,18%	6,66%
	100,00%	100,00%	100,00%

Todos os planos de benefícios definidos da CEDAE possuem fundamento, ou seja, existem ativos garantindo os passivos atuariais. Dessa forma, a Companhia só possui planos com cobertura parcial ou totalmente cobertos, por isso não segregou sua análise atuarial. Os valores reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes são:

	2021	2020
Custo do serviço corrente	(24.296)	(26.683)
Juros sobre obrigações atuariais	(263.985)	(276.385)
Rendimento esperado dos ativos	45.124	53.717
Reconhecido no resultado (Nota 25)	(243.157)	(249.351)
	2021	2020
Saldo inicial dos ganhos (perdas) atuariais acumulado do resultado abrangente em 1º de janeiro	(1.946.295)	(2.059.673)
Ajustes de ganhos (perdas) atuariais - Prece	78.349	32.529
Ajustes de ganhos (perdas) atuariais - Cedae Saúde	397.030	102.275
Ajustes de ganhos (perdas) atuariais - prêmio de aposentadoria	(1.580)	(10.213)
Contribuição social diferida	(42.642)	(11.213)
Total dos ganhos (perdas) líquidos (as) atuariais no exercício do resultado abrangente	431.157	113.378
Total dos ganhos (perdas) atuariais acumulados do resultado abrangente em 31 de dezembro	(1.515.138)	(1.946.295)

Apresentamos abaixo as contribuições esperadas para o encerramento do ano fiscal de 31 de dezembro de 2022:

	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	Cedae Saúde	Total
1. Companhia	1.299	-	115	-	-	1.414
2. Participantes	3.714	1.260	115	-	-	5.089

O perfil de vencimento do pagamento de benefícios:

	Prece I	Prece II	Prece CV	Cedae Saúde	Prêmio de aposentadoria	Total
2022	32.157	10.696	92.275	106.536	2.002	243.666
2023	29.519	14.849	83.423	104.415	967	233.173
2024	26.995	15.075	75.239	102.215	1.491	221.015
2025	24.699	13.562	67.601	100.067	1.504	207.433
2026 ou posterior	258.116	101.653	505.091	1.718.692	24.658	2.608.210
Duração (em anos)	10,94	8,38	9,76	15,27	6,67	-

Apresentamos abaixo a análise de sensibilidade da avaliação atuarial:

	Prece I			
	Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto		Aumento de 0,5%	(15.822)	(4,26)
		Redução de 0,5%	17.110	4,61
Expectativa de vida		Aumento de 1 ano	16.567	4,46
		Redução de 1 ano	(14.747)	(3,97)
Crescimento salarial		Aumento de 0,5%	(2.141)	(5,49)
		Redução de 0,5%	-	-
Prece II				
	Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto		Aumento de 0,5%	(5.491)	(3,52)
		Redução de 0,5%	5.869	3,77
Expectativa de vida		Aumento de 1 ano	6.684	4,29
		Redução de 1 ano	(5.976)	(3,83)
Crescimento salarial		Aumento de 0,5%	-	-
		Redução de 0,5%	-	-
Prece III				
	Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto		Aumento de 0,5%	(10)	(1,49)
		Redução de 0,5%	10	1,54
Crescimento salarial		Aumento de 0,5%	11	1,61
		Redução de 0,5%	-	-
Prece CV				
	Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto		Aumento de 0,5%	(26.515)	(3,22)
		Redução de 0,5%	28.299	3,44
Expectativa de vida		Aumento de 1 ano	34.272	4,16
		Redução de 1 ano	(30.707)	(3,73)
Crescimento salarial		Aumento de 0,5%	20	4,09
		Redução de 0,5%	-	-

	Cedae Saúde			
	Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto		Aumento de 0,5%	(123.999)	(5,82)
		Redução de 0,5%	137.688	6,46
Expectativa de vida		Aumento de 1 ano	113.181	5,31
		Redução de 1 ano	(99.122)	(4,65)
Crescimento salarial		Aumento de 0,5%	(3.033)	(0,70)
		Redução de 0,5%	-	-
Inflação Médica		Aumento de 0,5%	155.580	7,30
		Redução de 0,5%	(141.190)	(6,62)

	Prêmio de Aposentadoria			
	Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto		Aumento de 0,5%	(1.212)	(3,96)
		Redução de 0,5%	1.295	4,23

Premissas atuariais

As principais premissas atuariais utilizadas nos cálculos das provisões dos planos: Prece, Cedae Saúde e Prêmio de Aposentadoria em 31 de dezembro de 2021 são as seguintes:

Hipóteses econômicas	Plano de benefício - Prece				Plano de assistência médica Cedae Saúde	Prêmio de aposentadoria
	I	II	III	CV		
Taxa de desconto ao ano - %	8,52	8,40	8,25	8,44	8,60	8,36
Taxa de retorno de ativos - %	5,36	5,24	5,10	5,28	5,44	5,20
Crescimento salarial - %	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07
Inflação - %	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
Fator capacidade - %	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00
Aging Factor - %	N/A	N/A	N/A	N/A	2,50	N/A
Inflação Médica - %	-	-	-	-	2,50	-

Hipóteses demográficas	Plano de benefício - Prece				Plano de assistência - Cedae Saúde	Prêmio de aposentadoria
	I	II	III	CV		
Tábua de mortalidade	AT- 83 IAM masculina	AT-2000 Basic segregada por sexo	AT- 2000 M&F suavizada 10%	AT- 2000 Basic masculina	AT- 2000 Basic masculina	AT- 2000 Basic masculina
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	MI-85 segregada por sexo	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Não Aplicável
Tábua de entrada de invalidez	Muller	Muller	Álvaro Vindas	Mercer Disability por sexo D30%	Não Aplicável	Mercer Disability suavizada em 30% e segregada por sexo
Rotatividade	Experiência Prece 2016/2020	Experiência Prece 2016/2020	Experiência Prece 2016/2020	Experiência Prece 2016/2020	Experiência Prece 2016/2020	Experiência Prece 2016/2020
Composição familiar - ativos	Família Média (*)	Família Média (**)	Família Média (*)	Não Aplicável	Família Média (*)	Não Aplicável
Composição familiar - assistidos	Família Real I	Família Real	Não Aplicável	Família Real	Família Real	Não Aplicável

70% casados, sendo cônjuge do sexo masculino 5 anos mais velho com um dependente (Idade do filho determinada pela fórmula: se participante do sexo masculino, será idade do participante/2 - 11,5; se participante do sexo feminino, será idade do participante/2 - 9,5)

(**) 70% casados, sendo cônjuge do sexo masculino 8 anos mais velho..

19. Outros parcelamentos

	2021	2020
Indústria Antártica do Sudeste (a)	122.100	122.183
General Electric do Brasil (b)	50.736	50.754
Outros	955	955
	173.791	173.892

	2021	2020
Circulante	66.099	66.117
Não circulante	107.692	107.775
	173.791	173.892

(a) Indústria Antártica do Sudeste
 Refere-se ao parcelamento decorrente de acordo judicial por pagamento a maior de tarifa de tratamento de esgoto, efetuado em abril de 1999, no qual a CEDAE vem compensando as parcelas da dívida com o volume de água fornecida mensalmente a Indústria Antártica do Sudeste.

(b) General Electric do Brasil
 A Companhia assinou, no ano de 2001, com a General Electric do Brasil o Termo de Transição Geral de Direitos para encerrar definitivamente as ações cautelares e declaratórias acumuladas perante o juízo da 7ª Vara de Fazenda Pública da Capital do Rio de Janeiro de números 96.001.121535-0 e 96.001128412-8. O valor de R\$20.910, correspondente ao débito da Companhia perante a General Electric do Brasil equivalente a 1.770.420 metros cúbicos (informação não auditada), é corrigido anualmente e amortizado com os consumos em m³ de águas das matrículas cadastradas na Companhia e de responsabilidade da General Electric do Brasil.

20. **Patrimônio líquido**

a) **Capital social**
 Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$3.015.828 (R\$3.015.828 em 2020), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 629.071.608 ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal (629.071.608 ações em 2020). Em 30 de abril de 2020, a Companhia aumentou seu capital social em R\$428.841 mediante capitalização do excedente do lucro líquido após as destinações legais, sem alteração do número de ações.

	2021		2020	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Estado do Rio de Janeiro	629.069.095	99,9996	629.069.095	99,9996
Outros	2.513	0,0004	2.513	0,0004
	629.071.608	100,0000	629.071.608	100,0000

b) Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais em 31 de dezembro de 2021 e 2020, logo o lucro básico por ação é igual ao lucro diluído por ação, naquelas datas.

As tabelas abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros (prejuízo) básico e diluído por ação:

	2021	2020
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia	27.136	(247.150)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	629.072	629.072
Lucro (Prejuízo) básico por ação (R\$)	0,04	(0,39)

c) Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios em consonância com a legislação societária na ordem de 25% do lucro líquido remanescente, após a constituição da reserva legal. A Companhia tem utilizado o facultado pelo artigo 9 da Lei nº 9.249/1995, quanto aos juros sobre o capital próprio a título de remuneração aos acionistas, determinados com base na variação "pro rata" dia da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), aplicada sobre o patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Administração propôs a destinação do lucro calculado como segue:

	2021	2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	27.136	(247.150)
Reserva legal - 5%	(1.357)	-
	25.779	(247.150)

Dividendos mínimos obrigatórios - 25%

	2021	2020
Dividendos mínimos obrigatórios	6.444	-

Distribuição proposta

	2021	2020
Dividendos a pagar	6.444	-

	2021	2020
Quantidade de ações ordinárias	629.072	629.072

	2021	2020
Dividendos por ação	R\$0,01	-

d) Reserva de capital

É constituída de valores aportados na Companhia a fundo perdido, originários de programas sociais da União Federal que destinam recursos para o setor de saneamento. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é composto de R\$2.037 de doações de redes de águas e esgoto, R\$3.869 do Programa Habitar Brasil e R\$8.058 do Programa Ação Social de Saneamento, compondo um total de R\$13.964.

e) Reserva legal

É constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social sendo que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social, conforme previsto no artigo 193 da Lei Federal nº 6.404/1976. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da reserva legal é de R\$185.258 (R\$183.901 em 31 de dezembro de 2020).

f) Reserva estatutária

Reserva para expansão, que tem por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante. É formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações legais, conforme previsto na Lei Federal nº 6.404/1976, não podendo o total desta reserva ultrapassar o valor do Capital Social da Companhia.

g) Outros resultados abrangentes

A movimentação é composta pelo saldo da reserva de reavaliação, líquido das realizações do período que em 31 de dezembro de 2021, foram de R\$141.535 (R\$169.841 em 31 de dezembro de 2020), sendo ambos os saldos líquidos da contribuição social diferidos.

h) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades relacionadas à distribuição de água e esgoto, em conformidade com o artigo 196 da Lei Federal nº 6.404/1976.

i) Remuneração aos acionistas

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

21. Receita operacional líquida

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	2021	2020
Serviços de distribuição de água	4.367.026	4.080.385
Serviços de coleta e tratamento de esgoto	1.982.195	2.069.007
Receita bruta de serviços	6.349.221	6.149.392
Tributos sobre faturamento	(240.177)	(230.335)
	6.109.044	5.919.057

22. Custo dos serviços prestados e despesas operacionais

	2021	2020
Custos com serviços de terceiros	(1.467.960)	(1.147.641)
Custos com pessoal	(1.037.302)	(1.004.635)
Custos com depreciação e amortização (Notas 10 e 11)	(232.506)	(279.109)
Custos com material	(192.904)	(150.715)
Créditos de Pasp e COFINS sobre depreciação	1.733	2.080
Outras	(3.375)	(1.912)
	(2.932.314)	(2.581.932)

Despesas comerciais

	2021	2020
Constituição de prov. para perdas de crédito esperadas, líquida (Nota 8.3)	(1.489.135)	(1.897.491)
Despesas com serviços de terceiros	(81.996)	(124.594)
Despesas com pessoal	(32.507)	(32.959)
Despesas com material	(13.342)	(25.379)
Outras	(475)	(1.358)
	(1.617.455)	(2.081.781)

Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Despesas com pessoal	(282.039)	(230.087)
Despesas com serviços de terceiros	(143.309)	(182.238)
Repasse Extraordinário Cedae Saúde (i)	(76.400)	(13.827)
Despesas com material	(2.616)	(14.766)
Outras	(53.474)	(47.293)
	(557.838)	(488.211)

(i) Trata-se de aporte financeiro para fins de regularização de necessidades de ativos garantidores e aporte de regularização devido a repetidos resultados deficitários deixando-o com insuficiência de capital mínimo nos exercícios de 2020 e 2021.

23. Resultado financeiro

	2021	2020
Juros passivos e sobre parcelamentos tributários	(81.841)	(149.719)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(40.752)	(46.079)
Multas, juros e acréscimos moratórios sobre pagamento em atraso das obrigações tributárias		

24. Outras despesas operacionais, líquidas

	2021	2020
Outras receitas operacionais		
Demais receitas operacionais	11.247	31.991
Reversão de provisões	48.487	4.293
Recuperação de despesas judiciais	7.907	3.560
	67.641	39.844
Outras despesas operacionais		
Constituição de provisão para contingências e passivos fiscais, líquida (Nota 15.b)	(809.837)	(746.811)
Constituição de passivo atuarial, líquida (Nota 18)	(243.157)	(249.351)
Despesas fiscais	(3.415)	(2.542)
Constituição de provisão para perda de ativos, líquida	(47.804)	(440)
Outras	(16.831)	(12.046)
	(1.121.044)	(1.011.190)
	(1.053.403)	(971.346)

25. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros
 .Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros e importâncias seguradas:

Riscos	Data vigência			
	De	Até	2021	2020
Riscos operacionais (imóveis) danos materiais	12/12/2021	11/09/2022	142.085	150.183
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores	24/08/2021	24/08/2022	1.800.000	-

Leonardo Elia Soares
 Diretor-Presidente

Júlio César Urdangarin Batista Junior
 Diretor Administrativo

Gustavo Lisandro Vila Gazaneo
 Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Daniel Barbosa Okumura
 Diretor da Região Metropolitana

Marco Aurélio Damato Porto
 Diretor da Região do Interior

Rafael Cavalcanti Cid
 Diretor Jurídico

Humberto de Mello Filho
 Diretor Técnico e de Projetos

Renato Ferreira Coelho
 Assessor de Controladoria
 Contador - CRC-RJ089799/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL CEDAE Nº 001/2022

Senhores Acionistas,

- O Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.
- Os exames foram efetuados, com base nas informações e esclarecimentos da auditoria externa e nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e ainda, no parecer da ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., datado de 20 de abril de 2022. O referido Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 apresentam, adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da companhia.
- Diante do exposto, este Conselho Fiscal aprova as contas da Companhia e opina no sentido de que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2022.

GERALDO PEREIRA DOS SANTOS

Presidente do Conselho Fiscal
 CPF nº. 265.139.277-49

ROBERTO GOMIDES DE BARROS FILHO

Membro do Conselho Fiscal
 CPF nº. 098.311.877-92

SINVAL DE OLIVEIRA FILHO

Membro do Conselho Fiscal
 CPF nº. 003.941.307-15

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA/2022

Em consonância com o disposto nas Legislações Federal e Estadual e em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da CEDAE, o Comitê de Auditoria Estatutário reuniu-se mensalmente, ordinária e extraordinariamente, totalizando 02 (duas) vezes por mês, no curso do ano de 2021, mantendo como foco principal a avaliação dos trabalhos das Auditorias Interna e Independente e das áreas ligadas à Governança, notadamente Compliance, Controles Internos e Gestão de Riscos; o acompanhamento da elaboração das Demonstrações Financeiras; e o assessoramento ao Conselho de Administração da CEDAE em outros assuntos considerados relevantes pelos Membros do Comitê ou por demanda específica do Conselho de Administração.

Em todas as atividades ligadas às áreas foco do Comitê de Auditoria observaram-se, no exercício de 2021, sensíveis melhorias, com efeitos positivos na qualidade das Demonstrações Financeiras, dos controles internos adotados na CEDAE; valendo ressaltar o empenho colaborativo dos principais gestores envolvidos na governança da CEDAE aos trabalhos realizados pelo Comitê de Auditoria Estatutário.

Assim, fundamentado em suas avaliações e análises, considerando inclusive as reuniões realizadas com os auditores da EY – ERNST & YOUNG notadamente nos meses de março e abril de 2022, e no relatório de auditoria apresentado pela mencionada empresa de auditoria independente responsável pela avaliação dos procedimentos contábeis adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras da CEDAE, bem como, considerando que os trabalhos de auditoria tiveram abrangência considerada suficiente para avaliar com segurança a qualidade e a transparência das referidas demonstrações, o Comitê de Auditoria propõe ao Conselho de Administração da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE a aprovação das Demonstrações Financeiras levantadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 09 de maio de 2022.

Berth Jose Citro Lourenço Marques Santana

Luiz Antonio da Silva Lima

Irineu dos Santos

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond

DELIBERAÇÃO Nº. 001/2022

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, no exercício de suas funções legais e estatutárias, após apreciar o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, bem como os Relatórios da Auditoria Externa EY, do Comitê de Auditoria, o Parecer do Conselho Fiscal da Companhia e, ainda, o Balanço Social de 2021, manifesta-se de acordo com os referidos documentos e considera que a matéria examinada traduz, com propriedade, a Posição Patrimonial da CEDAE no Exercício de 2021 e, por seus Membros abaixo assinados, delibera que as mesmas estão em condições de serem encaminhadas à Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2022.

Leonardo Elia Soares
 Membro

José Arley Lima Costa
 Membro

Sérgio Cabral de Sá
 Presidente

Luiz Rodolfo da Assunção Ryff
 Membro

Joseph Junqueira de Macedo Reiner
 Vice-Presidente

Marcos Sampaio Fialho
 Membro

Oswaldo Serrano de Oliveira
 Membro

Rafael Rolim de Minto
 Membro

Ricardo Lessa Carrazedo
 Membro

Jorge Luiz Ferreira Briard
 Membro Representante dos Empregados

Paulo Cezar Saldanha da Gama Ripper Nogueira
 Membro Rep. Acionistas Minoritários

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
 Conselheiros, Administradores e Acionistas da
Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE
 Rio de Janeiro-RJ

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desdobramento de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa 1.1, em 30 de abril de 2021 foi realizada a concorrência pública para a licitação da concessão dos serviços de saneamento básico anteriormente operados pela CEDAE que foram segregados em quatro blocos e leiloados separadamente. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém registrado em seu balanço patrimonial, ativo intangível no montante de R\$7.831.113 mil, referente aos bens reversíveis não amortizados vinculados às concessões licitadas, cujos montantes deveriam ter sido transferidos para uma rubrica de ativo indenizável pelos seus valores recuperáveis de acordo com o término da operação assistida e transferência do sistema. A administração da Companhia por entender que a transferência da propriedade dos bens reversíveis ainda não ocorreu e face as limitações para mensuração dos montantes de indenização a eles relacionados não procedeu nenhuma modificação em seus registros contábeis. Conseqüentemente, não nos foi possível efetuar procedimentos de auditoria para determinar eventuais ajustes, se algum, nos valores a receber relativo a indenização a ser paga pelo Poder Concedente pela extinção dos contratos de concessão.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva

Ênfase

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamento

Conforme mencionado na nota explicativa 1.2 às demonstrações financeiras, em julho de 2020, foi iniciada investigação conjunta da Polícia Civil, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ e do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE. A operação, denominada "Águas Claras", investiga alegação de fraude em licitações e contratações emergenciais e deu cumprimento a medidas de busca e apreensão de documentos. A Administração da Companhia contratou uma empresa independente especializada para avaliação das alegações e fatos tomados públicos relativos à essas investigações e constituiu uma Comissão Permanente de Sindicância para acompanhar estes procedimentos. Em fevereiro de 2022, a empresa independente especializada concluiu a investigação e emitiu seu relatório que foi apresentado ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, com a conclusão de que não foram identificadas evidências que corroborem as alegações preliminarmente investigadas, porém, foram identificadas irregularidades na condução e efetivação de contratos, incluindo falhas nos controles internos da Companhia.

Neste momento, não é possível prever todos os desdobramentos futuros que poderão decorrer desses processos de investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia, além daqueles já mencionados na nota explicativa acima referida

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração
 Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, não nos foi possível determinar o valor a receber, relativo a indenização a ser paga pelo Poder Concedente pela extinção dos contratos de concessão. As incertezas significativas e distorções, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores os ativos serão realizados

Principais assuntos de auditor

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita a fatura

Parte das receitas reconhecidas pela Companhia referem-se a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais ("receitas a faturar"), uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de faturamento que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. No encerramento de cada mês, a Companhia determina a receita a faturar com base em estimativas de consumo para o período compreendido entre a data da leitura e o encerramento do mês, que incluem dados históricos como a média de consumo obtida da última leitura de hidrômetros. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$274.220 mil em 31 de dezembro de 2021 e está divulgado na Nota Explicativa nº 8 às demonstrações financeiras

O cálculo da receita não faturada é significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às subjetividades atreladas ao processo de estimativa, que requer julgamento por parte da administração na determinação das premissas utilizadas, principalmente na estimativa de consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta

competência

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa e das premissas utilizadas pela administração; (ii) recálculo do saldo de receita a faturar em 31 de dezembro de 2021, levando em consideração o número de dias não faturados em relação a data de fechamento do mês e avaliação se esses saldos não faturados estão consistentes com os saldos faturados no mês subsequente; (iii) avaliação da movimentação trimestral da receita a faturar durante o exercício, analisando flutuações que não estejam alinhadas às nossas expectativas estabelecidas com base em nosso conhecimento da Companhia e da indústria; e (iv) comparação da estimativa com a receita efetivamente faturada no mês subsequente

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita a faturar, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receita adotados pela administração são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia incluídas na Nota Explicativa nº 8 às demonstrações financeiras

Mensuração do passivo atuarial

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios na modalidade de benefício definido e apura suas obrigações atuariais de acordo com laudo atuarial emitido por seu atuário consultor. Em 31 de dezembro de 2021, as obrigações atuariais da Companhia estão relacionadas aos planos de previdência complementar Prece I, Prece II e Prece CV, o plano de assistência médica Caixa de Assistência dos Servidores - CAC e o prêmio aposentadoria, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 18, e totalizam R\$2.841.993 mil

O monitoramento deste assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que o processo de mensuração deste passivo é complexo e envolve um alto grau de subjetividade e é baseado em cálculos atuariais, que utilizam diversas premissas, tais como: taxa de desconto, a taxa de retorno esperada sobre os ativos de fundo de pensão; aumentos salariais futuros, tabuas de mortalidade, inflação médica, aumento por envelhecimento e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: o uso de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologias usadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas taxa de desconto e hipóteses biométricas e demográficas. Adicionalmente: (i) avaliamos a exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos; e (ii) realizamos cálculo independente da obrigação atuarial e confrontamos com os cálculos apresentados pela administração

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o passivo atuarial, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de mensuração deste passivo adotados pela administração são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia incluídas na Nota Explicativa nº 18 às demonstrações financeiras

Outros assuntos

Demonstrações de valor adicionado

As demonstrações financeiras de valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos sobre o valor adicionado oriundos do assunto descrito no parágrafo intitulado "Base para opinião com ressalva", as demonstrações de valor adicionado acima referidas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto

Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações financeira

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

mais nobres.

A Companhia mantém instalada no seu prédio sede uma Estação de Tratamento de Águas Cinzas – ETAC, que possibilita o reaproveitamento de água de pia, lavatórios, ar condicionado e águas pluviais captadas das chuvas, que são reaproveitadas e usadas nos sistemas de descargas sanitárias e também no tratamento dos jardins existentes a volta do prédio.

3.2 **Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos e Licença Ambiental**

Em 2021 a Companhia recebeu a licença ambiental integrada que é uma aliada na melhoria do corpo d'água para garantir o deságue com qualidade e segura no corpo hídrico receptor da unidade de tratamento de lodo da Estação de Tratamento do Guandu – ETA GUANDU, que tem como propósito o tratamento dos efluentes gerados pela lavagem de flocculadores (aglutinador de impurezas), decantadores e filtros da estação através da tecnologia "FLOTFLUX" que proporciona o tratamento de rios e a remoção de líxos e areias, sendo esse licenciamento fundamental para a estrutura a ser instalada sobre o canal artificial da ETA Guandu e Rio Capenga, garantindo o deságue com qualidade segura no corpo hídrico receptor, que atualmente sofre os efeitos da precariedade do esgotamento sanitário da região.

Nesse mesmo período a Companhia recebeu autorização ambiental para ampliação do Sistema de Bombeamento de água Bruta do Rio Guandu para a Lagoa Maior que tem como objetivo, através da renovação da água da lagoa, propiciar uma melhora na qualidade da água captada pela Estação do Guandu. Com isso é possível reduzir a proliferação de algas que, nesse ambiente lêntico, com grande aporte de nutrientes, algas e temperaturas altas (principalmente no verão) podem gerar substâncias indesejáveis como Geosmina. Assim, a autorização ambiental em questão conquistada é essencial no conjunto de esforços para garantir a segurança hídrica da produção de água potável para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Outro grande passo foi a autorização ambiental para a melhoria do sistema de abastecimento de água também da Região Metropolitana do Rio de Janeiro para a implantação contingencial da unidade de tratamento de rio (URT) para despoluição do Rio dos Poços que via tecnologia "FLOTFLUX", promove uma melhoria efetiva em curto prazo na qualidade das águas da Lagoa do Rio Guandu.

A licença ambiental integrada conquistada para a ETA -Tinguá, foi fundamental para a instalação do Sistema de Micromedição que será operado fora da área da unidade de conservação da Reserva Biológica do Tinguá. Essa reserva já produz tradicionalmente água de boa qualidade por natureza que passa pelos processos de pré-decantação e desinfecção, com a implementação do Sistema de Micromedição essa água será produzida com uma qualidade ainda mais excepcional.

Obtivemos ainda em 2021 a licença de operação para o Sistema de Abastecimento de Água (SAA) de Ponta Negra, localizada no município de Maricá, que inclui captação, estação de tratamento, adutora de água bruta, reservatório e rede de distribuição, o que elevará a capacidade de abastecimento para aproximadamente 5.600 habitantes dessa região.

Além das licenças ambientais conseguidas no período, recebemos dos órgãos oficiais federal e estadual, Ineoa Nacional das Águas – ANA e Instituto Estadual do Ambiente – INEA 17 outorgas de captação e permissão de uso da água e 5 outorgas de lançamentos de efluentes. Ao final de 2021 a Companhia apresentava 91 captações de recursos hídricos outorgadas.

A Companhia em consonância com as legislações sobre políticas de meio ambiente e buscando exercer suas atividades alinhada com o desenvolvimento econômico-social, com o meio ambiente ecologicamente equilibrado, evitando por meio de suas atividades a degradação ambiental e objetivando o controle ambiental, considera de fundamental importância a regularização das unidades operacionais e trabalha continuamente para o licenciamento ambiental das suas unidades, pois nossa preocupação e seriedade com esse tema é grande e trabalhamos sempre para garantir melhores condições de vida às gerações atuais e futuras, atendendo plenamente o estabelecido na legislações federal, estadual e municipal vigente pertinente ao assunto.

3.3 **Replanteio de mudas nativas às margens dos Rios Guandu e Macacu**

A Companhia atua ativamente para contornar a degradação ambiental sofrida pelos corpos hídricos das áreas rurais e urbana do Estado do Rio de Janeiro. Através do Programa Replantando Vida, age na recuperação das matas ciliares, nascentes, zonas de recarga e demais áreas prioritárias para a melhoria da qualidade e quantidade da água nas bacias hidrográficas da região. Em 2021 visando aumentar a contribuição na restauração florestal para a proteção e recuperação dos mananciais de abastecimento público no estado, a Companhia disponibilizou ao longo desse ano, um total de 185.970 mudas florestais para instituições parceiras e produtores rurais. Estas ações de fomento de plantios realizados por parceiros, abrangem 52 municípios do estado, além de 2 municípios do Estado de São Paulo e 2 de Minas Gerais, que contribuem para as bacias estaduais. As parcerias abrangem desde projetos institucionais, como Mata Atlântica, até pequenos produtores rurais que procuram apoio da Companhia para recuperar suas nascentes e matas ciliares. Na bacia do Rio Paraíba do Sul, um dos principais afluentes que abastece o Sistema Guandu, foram beneficiados 28 municípios pelas nossas ações ambientais, totalizando 74.881 mudas destinadas ao fomento de projetos ambientais nesta bacia hidrográfica, abrangendo desde o médio paraíba até o norte e noroeste do estado. Na bacia dos

rios Guapiçu/Macacu, principais afluentes do Sistema Imunana Laranjal, que abastece as cidades de Niterói e São Gonçalo foram destinados 5.576 mudas para parceiros que desenvolvem ações de restauração florestal. Com a retomada do projeto de plantio das matas ciliares do Rio Guandu e Rio Macacu, foram plantadas pelas nossas equipes de colaboradores apenas, neste ano, mais de 10.000 mudas. No âmbito da Baía de Guanabara foram apoiados projetos em 11 municípios, totalizando 43.933 mudas florestais. Destacamos o município de Petrópolis que recebeu 21.130 mudas, destinadas ao apoio de projetos de educação ambiental e restauração florestal. Na parte leste da Baía de Guanabara o município de Cachoeiras de Macacu recebeu 10.500 mudas florestais destinadas a projetos de restauração florestal em pequenas propriedades rurais, além da Reserva Ecológica Guapiçu. Desde o início em 2002, o programa já proporcionou o plantio de mais de 3 milhões de mudas nas margens dos rios citados e em diversos outros locais.

Para manter essa estrutura de produção e o oferecimento de mudas para o plantio e replanteio pela própria Companhia e seus parceiros, mantivemos em atividade 7 viveiros de plantio de mudas que em 2021 produziram mais de 246.864 mudas nativas da Mata Atlântica afim de garantir a qualidade das mesmas e aumentar a diversidade de espécies produzidas, sendo ainda que nesse período, foram coletadas pela nossa equipe de colaboradores sementes de 138 espécies florestais nativas da Mata Atlântica, o que ajudou a manter a produção de mudas e elevar essa diversidade de espécies nos viveiros, o que proporcionou ao final desse período atingir 257 espécies distintas.

Os nossos viveiros de mudas florestais são devidamente registrados junto ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), onde foram registrados quatro coletores de sementes florestais da nossa equipe, sendo dois colaboradores da Companhia e dois colaboradores apenas do Programa Replantando a Vida. Outra atividade importante desenvolvida nesses últimos anos foi a consolidação do uso de lodo do esgoto como substrato para a produção de mudas florestais em nossos viveiros, o que minimizou a dependência de insumos externos, diminuiu o custo de produção das mudas e proporcionou a melhoria da qualidade das mesmas, além de ser uma forma mais adequada para a disposição sustentável do resíduo dos esgotos tratados pela Companhia.

3.4 **Preservação de Recursos Hídricos**

Com a permanência de medidas de proteção no enfrentamento da pandemia ainda existente em nosso país, as nossas ações de educação ambiental, preservação dos recursos naturais hídricos foram paralisadas, entretanto por meio do nosso Programa Replantando Vidas a Companhia participou de 51 eventos de educação ambiental e ações sociais organizadas, cujo foco foi a preservação dos cursos hídricos e a conscientização da sociedade no uso adequado da água por diferentes esferas da sociedade em todo o Estado do Rio de Janeiro. Para isso e visando a nossa contribuição para a restauração e preservação florestais e a recuperação dos mananciais de abastecimentos públicos do estado, disponibilizamos em 2021 um total de 185.979 mudas para replanteio florestais para instituições parceiras e produtores rurais. Estas ações de fomento de plantios visando a preservação dos corpos hídricos, abrangem 52 municípios do estado além de 2 municípios de São Paulo e 2 de Minas Gerais, que contribuem para as bacias hidrográficas dos referidos estados e consequentemente a segurança hídrica no âmbito dos estados.

Os valores de recurso hídricos repassados para a Companhia pelos nossos consumidores por meio das contas mensais de água e esgoto, são integralmente repassados ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA que é o órgão estadual responsável em proteger, conservar e recuperar o patrimônio ambiental no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, promovendo a agenda do desenvolvimento sustentável e atuando como órgão gestor ambiental exercendo um papel estratégico para o estado, sendo responsável pelas políticas estaduais para as ações de recuperação de mananciais e rios, bem como de reflorestamento de matas ciliares, desassoreamento dos leitos e despoluição de rios e das bacias hidrográficas afetadas ao estado. No decorrer de 2021 a Companhia repassou ao instituto a importância de R\$ 40.040 objetivando a preservação dos recursos hídricos naturais do estado.

3.5 **Coleta Seletiva Solidária e Descartes de Lâmpadas Descontaminadas.**

Ao longo de 2021, cerca de 3,31 toneladas de resíduos recicláveis foram coletados e destinados por doação à Ecco Ponto Brasil Sustentável, cooperativa parceira que faz parte do Projeto de Coleta Seletiva Solidária da Companhia. Por meio do projeto, realizamos nesse período divulgação nas mídias internas, cujo conteúdo foram orientações sobre o uso adequado dos materiais recicláveis produzidos nos locais de trabalho. Foram realizados coleta, tratamento e descontaminação de mais de 700 lâmpadas fluorescentes que receberam destinos adequadamente. A Companhia incentiva a coleta seletiva de maneira permanentes locais de trabalho e essa atividade ao longo dos anos já proporcionou em volumes considerados, a coleta de materiais recicláveis como papelão, papel comum, plásticos e alumínio coletados no âmbito da Companhia.

Também por meio da nossa área de Gestão Ambiental, foram implementadas campanhas nos setores da Companhia de estímulos para destinação adequada de lâmpadas fluorescentes e materiais diversos recicláveis.

Quadro de Indicadores – CEDAE

1 - Base de Cálculo	2021			2020		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
Receita Líquida (RL)	6.109.044			5.919.057		
Resultado operacional (RO)	(102.286)			(204.213) (*Ajustado)		
Folha de pagamento (FP)	753.400			867.639		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FP	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FP	% sobre RL
Alimentação	82.869	11,00	1,36	79.650	9,18	1,35
Encargos sociais compulsórios	257.005	34,11	4,21	287.009	33,08	4,85
Previdência privada	20.541	2,73	0,34	21.915	2,53	0,37
Saúde	142.585	18,93	2,33	147.383	16,99	2,49
Segurança e medicina no trabalho	1.103	0,15	0,02	815	0,09	0,01
Educação	2.218	0,29	0,04	406	0,05	0,01
Cultura	0	0	0	0	0	0
Capacitação e desenvolvimento profissional	510	0,07	0,01	510	0,06	0,01
Creches ou auxílio-creche	2.013	0,27	0,03	1.949	0,22	0,03
Participação nos lucros ou resultados	0	0	0	43.133	4,97	0,73
Outros- vale transporte	6.489	0,86	0,11	10.127	1,17	0,17
Total - Indicadores sociais internos	515.333	68,40	8,44	592.897	68,34	10,02
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	2.786	(2,72)	0,05	2.786	(1,36)	0,05
Cultura	0	0	0	0	0	0
Saúde e saneamento	2.622.114	(2.563,51)	42,92	2.497.755	(1.223,11)	42,20
Esporte	0	0	0	0	0	0
Combate à fome e segurança alimentar	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
Total das contribuições para a sociedade	2.624.900	(2.566,24)	42,97	2.500.541	(1.224,47)	42,25
Tributos (excluídos encargos sociais)	405.996	(396,92)	6,65	384.154	(188,11)	6,49
Total - Indicadores sociais externos	3.030.896	(2.963,16)	49,61	2.884.695	(1.412,58)	48,74
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	217.713	(212,85)	3,56	82.178	(40,24)	1,39
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0	0	0	0	0
Total dos investimentos em meio ambiente	217.713	(212,85)	3,56	82.178	(40,24)	1,39
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas 76 a 100%	() cumpre de 51 a 75%	(x) cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 0 a 50%	() não possui metas 76 a 100%	(x) cumpre de 51 a 75%
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	3.573			5.081		
Nº de admissões durante o período	78			294		
Nº de empregados(as) com remuneração superior a dois salários mínimos	3.573			5.081		
Nº de empregados(as) com idade inferior a 18 anos	0			0		
Nº de empregados(as) com mais de 10 anos de efetivos serviços na organização	3.188			4.393		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	73			72		
Nº de estagiários(as)	255			209		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	2.763			4.008		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	506			695		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	33,99			41,64		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	328			480		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	4,22			4,34		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	49			73		
Nº de apenados em ressocialização	518			717		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2021	Metas 2022				
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	6,6		7,3			
Número total de acidentes de trabalho	49		44			
FAP - Fator Acidentário de Prevenção	1,14		1,10			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(x) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(x) apóia	() organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 744.088	no Procon 1.186	na Justiça 2.312	na empresa 32.528	no Procon 449	na Justiça 3.950
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	Na empresa 99 %	no Procon 33%	na Justiça 58%	Na empresa 97,99%	no Procon 100%	na Justiça 43%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2021: 1.909.951		Em 2020: 1.580.832			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	25% governo 62% colaboradores (as) terceiros 2% retido		0% acionistas 11%		29% governo 70% colaboradores (as) 17% terceiros -19% retido 3% acionistas	
7 - Outras informações	1) A Companhia atua na atividade de Saneamento Básico com sede no município do Rio de Janeiro/RJ e é identificada pelo CNPJ Nº 33.352.394/0001-04 emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB 2) A CEDAE não utiliza mão de obra infantil, trabalho degradante e análogo à escravidão, não envolvendo-se com prostituição ou exploração sexual infantil ou adolescente e não está envolvida com corrupção. 3) A Companhia valoriza e respeita a diversidade interna e externamente e coíbe as práticas discriminatórias.					
Responsável pela elaboração do Balanço Social: Renato Ferreira Coelho						
Tel: (021) 2332-3671 e -mail: renato.f.coelho@cedae.com.br						